

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 002/2023
Carta Convite nº 001/2023

Com base na Lei Federal nº. 8.666/93, fica homologado o Processo Administrativo nº 002/2023, Carta Convite nº 001/2023, tendo como objeto contratação de empresa para prestação e execução de serviços de Assessoria/Consultoria Jurídica a este Legislativo, conforme especificações e fundamentação legal constantes nos autos deste certame.

Nestes termos, satisfazendo à Lei e ao mérito, **H O M O L O G O** a presente Carta Convite nº 001/2023 e **A D J U D I C O** a empresa **BASSETO DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ: nº. 26.812.106/0001-83, com escritório localizado na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, na Rua Roma, nº 350, Jardim Itália – CEP: 15.775-000, representado pelo Advogado Dr. João Bruno Basseto Castro, OAB/SP 334.768, conforme nos autos constantes deste instrumento de administrativo.

FAVORECIDO: BASSETO DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

OBJETIVO: Contratação de empresa para a Prestação de Serviços de Assessoria/Consultoria Jurídica ao Poder Legislativo do Município de Urânia.

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação encontra-se fundamentada no Art. 22, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR MENSAL: R\$ 3.600,00 (três mil reais)
VALOR GLOBAL: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura do contrato.

Câmara Municipal, SP, 06 de março de 2023.

KATIA CRISTINA SIEBRA
PRESIDENTE

Registra-se, arquiva-se nesta Diretoria



MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS/SP CONCURSO PÚBLICO nº 01/2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS PRÁTICAS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS/SP**, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que são conferidas pela legislação em vigor, com responsabilidade técnica do Instituto de cultura, desenvolvimento educacional, promoção humana e ação comunitária – INDEPAC, **DIVULGA** as notas das provas práticas realizadas no dia 26/02/2023.

INFORMA, ainda, que o prazo de recurso em relação às notas das provas práticas será nos dias 06, 07 e 08/03/2023 e a Homologação Final no dia 15/03/2023.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Maringópolis, 03 de março de 2023.

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS/SP CONCURSO PÚBLICO nº 01/2022

PROVA PRÁTICA MARINÓPOLIS		
ESCRITURÁRIO	NOTA	
Adriana Moreira Dourado	0	
Bruna Loybia Alves Bazzanini	100	
Eduarda Alves Camaroti	60	
Thayne Christiano Pedro Bonfim	65.667	

MOTORISTA	NOTA
Agnaldo Antonio Gonçalves	0
Amarildo Ricardo Alcaini	25
Denilson Stabile Gonzales	30
Diego Pontes Val de Paula	0
Izaías Ferreira da Silva	0
João Paulo dos Santos Silva	5
Laerte Pereira da Silva	0
Laurindo Pedrini	5
Leonardo Pereira Souza	90
Maicon Junio Merenda	60
Marco Aurélio Gomes da Silva	50
Marco Natanael Rezende Marin	45
Marcos Rogerio Camaroti	80
Nilton de Souza Pereira	0
Raik Correira da Silva	80
Rogério Fernandes Adão	0
Roselândio de Santana Aguiar	100
Tatiane Christiano Pedro	0

OPERADOR DE MAQUINAS	NOTA
Edson Braz da Silva	60
Eleandro Félix Alves	100

PEDREIRO	NOTA
Vinicius Brandão Souza	100



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES Estado de São Paulo

Lei nº 5.505, de 08 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 517.642,94 (quinhentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), destinado à suplementação de dotações orçamentárias para obras e instalações da Secretaria de Esportes e Juventude, repasse ao Lar dos Velhinhos e PRODESP.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0007.2040.1230	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
Ficha	428	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01 150.000,00
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER	
27.802.0021.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	860	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01 187.642,94
02	12	01	SECRETARIA MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
04.131.0004.2040.0000	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E SOCIAIS			
Ficha	879	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01 180.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 517.642,94 (quinhentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
99.999.9999.9999.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA			
Ficha	190	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Fonte 01 -187.642,94
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE JURIDICA			
Ficha	332	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01 -50.000,00
08.244.0007.1001.1311	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	339	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01 -1.000,00
08.244.0007.1001.1321	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	343	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01 -1.000,00
08.244.0007.1001.1321	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	347	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01 -5.000,00
08.244.0007.1001.1322	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	349	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01 -1.000,00
08.244.0007.2021.1322	PSI - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MEDIA			
Ficha	405	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	Fonte 01 -1.000,00
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0007.2023.0000	BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
Ficha	1009	3.3.90.32.00	MATERIAL - BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	Fonte 01 -81.000,00
02	12	01	SECRETARIA MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
04.131.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE JURIDICA			
Ficha	886	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01 -180.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES Estado de São Paulo

Lei nº 5.507, de 08 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 12.440.920,78 (doze milhões, quatrocentos e quarenta mil, novecentos e vinte reais e setenta e oito centavos), destinado a abertura de dotação orçamentária para atendimento do convênio nº SAA-PRC-2022/02074 da SMAPAMA; execução do Centro Integrado de Atendimento em Saúde Mental a Criança e ao Adolescente no Município de Jales-SP (CIACA), recursos oriundos do PNAE e QSE (Salário-Educação) para custear a Merenda Escolar e recursos destinados a manutenção da frota, atenção primária, despesas com pessoal, medicamentos, insumos médico- hospitalares da SMS.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

2	7	1	SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTEC	
18.541.001.510.010.000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha	977	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 92 105.691,77
2	9	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES	
12.365.001.121.060.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHE			
Ficha	982	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 668.379,12
12.365.001.121.070.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA			
Ficha	983	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 330.000,00
12.361.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	984	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 510.000,00
12.366.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	985	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 8.500,00
12.367.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	986	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 15.000,00
12.365.001.121.060.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHE			
Ficha	987	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 445.000,00
12.365.001.121.070.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA			
Ficha	988	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 215.000,00
12.361.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	989	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 345.000,00
12.366.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	990	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 6.252,74
12.367.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	991	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 10.000,00
12.361.001.120.450.000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Ficha	992	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 8.224,61
2	10	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.001.021.210.000	CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)			
Ficha	978	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 93 151.096,34

10.302.001.021.210.000	CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)			
Ficha	979	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	Fonte 93 60.000,00
2	10	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.001.021.210.000	CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)			
Ficha	980	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 93 1.051.583,10
10.302.001.021.210.000	CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)			
Ficha	981	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 93 554.608,91
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	993	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 1.480.677,26
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	994	3.3.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCE	Fonte 95 1.500.000,00
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	995	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 200.000,00
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	996	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte 95 300.000,00
10.302.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	997	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 300.000,00
10.302.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	998	3.3.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCE	Fonte 95 500.000,00
10.302.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	999	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 1.500.000,00
10.303.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1000	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 300.000,00
10.305.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1001	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 100.000,00
10.305.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1002	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 380.000,00
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1003	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 809.393,62
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1004	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 95 50.000,00
10.302.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1005	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 50.000,00
10.303.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1006	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 300.000,00
10.303.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1007	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 95 10.000,00
10.301.001.020.360.000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1008	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 92 176.423,31

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 12.440.920,78 (doze milhões, quatrocentos e quarenta mil, novecentos e vinte reais e setenta e oito centavos) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES Estado de São Paulo

Lei nº 5.508, de 08 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 673.925,03 (seiscentos e setenta e três mil, novecentos e vinte e cinco reais e três centavos), destinado a suplementação de dotações orçamentárias para efetuar os repasses financeiros estabelecidos na portaria cora-PAE, contratação de empresa para execução de serviços de sistemas de prevenção e combate a incêndios, execução da obra de construção de palco de eventos, ao ar livre, na praça Euphly Jalles, serviço de decoração natalina no “Natal – Tempo de Esperança 2022” e contrapartida do convênio nº 52/2022 “reforma da praça João Mariano de Freitas”.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		
23.695.0018.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha	84	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	171.901,09
23.695.0018.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE JURIDICA				
Ficha	97	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 01	399.243,02
02	09	11	FUNDEB		
12.367.0011.2046.1181	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
Ficha	522	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte 02	7.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha	748	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	95.780,92



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Lei nº 5.509, de 08 de fevereiro de 2023.

Disciplina a proteção, a supressão e a poda de vegetação de porte arbóreo no Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1.º Esta Lei disciplina a proteção, a poda e a supressão de vegetação de porte arbóreo, estabelecendo critérios e padrões relativos à arborização e às áreas verdes do perímetro urbano do Município de Jales, impondo ao município a corresponsabilidade com o poder público municipal na defesa da flora.

Art. 2.º Todas as pessoas físicas e jurídicas ficam sujeitas às prescrições desta Lei, obedecidos os princípios da Constituição Federal e às disposições contidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes à proteção, conservação, monitoramento de árvores isoladas e associações vegetais no Município de Jales.

CAPÍTULO II
DO OBJETO

Art. 3.º Para efeitos desta Lei consideram-se bens de uso e interesse comum de todos os cidadãos e do Município:

- I - A vegetação de porte arbóreo, no perímetro urbano do Município;
- II - As mudas de espécie arbóreas e as demais formas de vegetação natural, plantadas em áreas urbanas;
- III - A vegetação de porte arbóreo de preservação permanente, de acordo com a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 4.º A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente é o órgão responsável pela fiscalização, visando o cumprimento desta Lei.

§ 1.º A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente poderá delegar a outros órgãos da Administração Pública direta, ou a entidades da administração indireta, ou entidades particulares, em caso de interesse público, a competência para realização de serviços necessários ao cumprimento desta Lei.

§ 2.º As retiradas de galhos e as podas de árvores próximas à rede elétrica e postes de iluminação serão realizadas pela concessionária de energia elétrica, por se tratar de atividade de risco.

Art. 5.º A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente publicará normas técnicas e resoluções que auxiliem na aplicação desta Lei.

Art. 6.º É competência da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente o manejo e cadastramento técnico da arborização de ruas, áreas verdes e áreas de preservação permanente em logradouros públicos, respeitando as normas técnicas adequadas.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente poderá delegar esta competência para outros órgãos da administração pública direta.

Art. 7.º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, em relação à arborização e paisagismo no Município de Jales:

- I - Promover a preservação e conservação das árvores e vegetação dos logradouros públicos, provendo suas necessidades, conciliando sua conservação e manejo com a dinâmica urbana e o interesse público;
- II - Promover a preservação das árvores na zona urbana e rural do Município;
- III - Realizar parcerias para promover a implantação ou manutenção da arborização urbana e jardins de logradouros e bens públicos;
- IV - Orientar tecnicamente a implantação da arborização urbana pública na cidade de Jales, de modo que os equipamentos e construções públicas comunitárias e particulares interfiram o mínimo possível no plantio das árvores;
- V - Estruturar e dar manutenção ao Viveiro Municipal de Jales;
- VI - Criar e capacitar um grupo de profissionais da Prefeitura Municipal para realização de podas e retiradas das árvores no Município de Jales;
- VII - Gerar pesquisas, inventários, avaliações e manutenções da arborização no Município;
- VIII - Promover a prevenção e o combate às pragas e doenças da vegetação em geral nos logradouros públicos, através do uso de produtos biológicos;
- IX - Proporcionar recursos técnicos, humanos e financeiros para o cumprimento desta Lei.

CAPÍTULO IV
DAS DEFINIÇÕES

Art. 8.º Para efeitos desta Lei, arborização urbana é aquela adequada ao meio urbano visando à melhoria da qualidade paisagística e ambiental, com o objetivo de recuperar aspectos da paisagem natural e urbana além de atenuar os impactos decorrentes da urbanização.

Parágrafo único. Fica definido que o espaço mínimo permeável no passeio público destinado para a arborização terá a largura da faixa de serviço e seu comprimento terá o dobro da faixa de serviço.

Art. 9.º Para efeitos desta Lei considera-se:

- I - Área verde: toda área de interesse ambiental e/ou paisagístico, de domínio público ou privado, sendo sua preservação justificada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente;
- II - Vegetação de porte arbóreo: vegetal lenhoso que apresenta, quando adulto, o DAP superior a 0,05 metros (05 cm);
- III - Diâmetro à altura do peito (DAP): diâmetro do caule da árvore em uma altura de 1,30m (um metro e trinta centímetros) medido a partir do ponto de interesse entre a raiz e o caule, conhecido como colo;
- IV - Muda: exemplar jovem das espécies vegetais;
- V - Vegetação natural: aquela que se desenvolve sem interferência humana, podendo ser primária ou estar em diferentes estágios de regeneração;
- VI - Vegetação de porte arbóreo de preservação permanente: aquela que, por sua localização, extensão ou composição florística, constitui elemento de importância ao solo e a outros recursos naturais e paisagísticos, podendo estar em área de domínio público ou privado, de acordo com a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações.

CAPÍTULO V
DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES

Art. 10. Considera-se Área Verde ou Arborizada a área de propriedade pública ou privada definida pelo Município, com o objetivo de implantar ou preservar a arborização e arborjardimento, visando assegurar condições ambientais, de interesse histórico, científico e paisagístico.

Art. 11. Consideram-se, ainda, áreas verdes:

- I - As áreas municipais que já tenham ou venham a ter, por decisão do Poder Executivo, observadas as formalidades legais, a destinação referida no artigo anterior;
- II - Os espaços livres constantes nos Projetos de loteamento previstos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- III - As áreas previstas em planos de arborização já aprovados por Lei ou que vierem a sê-lo;
- IV - Todas as praças, jardins, parques e demais espaços públicos do Município;
- V - Todos os espaços livres de arreamento já existentes ou cujos projetos vierem a ser aprovados, contendo ou não vegetação arbórea.

Art. 12. As áreas verdes de propriedade particular classificam-se em:

- I - Clubes esportivos sociais;
- II - Clubes de campo;
- III - Áreas arborizadas;
- IV - Áreas de preservação permanente;
- V - Áreas verdes de relevante interesse ambiental.

TÍTULO II
DA ARBORIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO

Art. 13. Os novos projetos para execução dos sistemas de infraestrutura urbana e sistema viário deverão compatibilizar-se com a arborização já existente.

Parágrafo único. Nas áreas já estruturadas, as árvores existentes que apresentarem interferência com os sistemas acima mencionados serão submetidas ao procedimento adequado, de acordo com análise da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

Art. 14. Os projetos de instalação de equipamentos públicos ou privados, em áreas já arborizadas, deverão estar de acordo com a vegetação arbórea existente e empregar a melhor tecnologia possível de modo a evitar futuras podas ou a supressão das árvores, sendo que os referidos projetos serão submetidos à análise da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e do COMDEMA.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente emitirá parecer técnico objetivando:

- I - A melhor alternativa que corresponda à mínima destruição da vegetação natural;
- II - Preservar os recursos paisagísticos da obra em estudo, definindo os agrupamentos vegetais significativos para preservação.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente deverá se manifestar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrada do projeto, podendo ser prorrogado por uma única vez, de acordo com a importância e complexidade do empreendimento.

CAPÍTULO II
DA PODA

Art. 17. A poda de árvore em domínio público somente será permitida a:

- I - Servidor da Prefeitura, devidamente treinado, mediante ordem de serviço expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente;
- II - Empresas responsáveis pela infraestrutura urbana, em ocasiões de risco efetivo ou iminente à população e/ou patrimônio público ou privado, desde que as mesmas possuam pessoas credenciadas e treinadas através de curso de poda em arborização urbana, realizado ou fiscalizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, com acompanhamento de profissional tecnicamente habilitado;
- III - Equipe do Corpo de Bombeiros, nas mesmas condições acima referidas, devendo posteriormente emitir comunicado à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, com todas as especificações;
- IV - Empresas privadas credenciadas e habilitadas tecnicamente pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, sendo que os critérios e exigências a serem cumpridos para cadastramento e realização dessa atividade serão definidos por regulamentação específica. Os proprietários e funcionários destas empresas terão crachás ou credenciais expedidos pela Prefeitura Municipal e seus veículos utilizados nos serviços (caminhões, carretinhas, etc) também serão identificados com a utilização de adesivo expedido pela Prefeitura Municipal.

Art. 18. O Requerente que solicitar a poda de qualquer árvore de domínio público deverá justificar indicando a localização da árvore que se pretende podar e o motivo, mediante requerimento protocolado na Prefeitura do Município de Jales.

Parágrafo único. O Requerente deverá apresentar comprovante de propriedade de imóvel ou, quando não proprietário, comprovante de residência, acompanhado de autorização/anuência do proprietário.

CAPÍTULO III
DA SUPRESSÃO

Art. 19. A supressão de qualquer árvore somente será permitida com prévia autorização escrita da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, através de laudo emitido pelos técnicos da Secretaria, quando:

- I - O estado fitossanitário da árvore justificar;
- II - A árvore ou parte significativa dela apresentar risco de queda;
- III - A árvore estiver causando danos comprovados ao patrimônio público ou privado e não houver outra alternativa;

- IV - Se tratar de espécies invasoras, tóxicas e/ou com princípios alérgicos, com propagação prejudicial comprovada;
- V - Constituir-se em obstáculos fisicamente incontroláveis ao acesso e à circulação de pessoas e veículos;
- VI - Em terreno a ser edificado, com projeto devidamente aprovado, que a supressão seja indispensável à obra;
- VII - Em imóvel que contempla mais de uma árvore plantada no passeio público defronte a este, sendo que deverá permanecer ao menos uma árvore plantada por imóvel seja este público ou particular.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, as empresas responsáveis pela infraestrutura urbana e a equipe do Corpo de Bombeiros poderão realizar a supressão sem prévia autorização em caso de emergência real ou iminente risco à população.

TÍTULO III
DA IMUNIDADE AO CORTE DA ÁRVORE

Art. 21. Qualquer árvore poderá ser declarada imune ao corte mediante ato do Executivo, considerando:

- I - Sua raridade;
- II - Sua antiguidade;
- III - Seu interesse histórico, científico e paisagístico;
- IV - Sua condição de porta-semente;
- V - Qualquer outro fato considerado de relevância pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente:

- a) Emitir parecer conclusivo;
- b) Cadastrear e identificar, por uso de placas de identificação, as árvores declaradas imunes ao corte, dando apoio à preservação da espécie.

Art. 22. Qualquer município poderá solicitar a declaração de imunidade ao corte de árvore, mediante requerimento endereçado à Prefeitura do Município de Jales.

Parágrafo único. A árvore declarada imune será considerada de preservação permanente.

Art. 23. Todas as árvores declaradas imunes ao corte por ato do Executivo anterior a esta Lei permanecem nessa condição.

TÍTULO IV
DAS PROIBIÇÕES

Art. 24. Fica proibida a poda drástica de vegetação em áreas públicas, sob pena de infração prevista nesta Lei, salvo se feita por servidor da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária,

Abastecimento e Meio Ambiente, devidamente qualificado e autorizado, juntamente com laudo expedido por técnico legalmente habilitado.

Parágrafo único. Considera-se poda drástica, a eliminação total das ramificações terciárias, secundárias ou primárias de qualquer espécie arbórea, não sendo justificativa sua capacidade de regeneração e a permanência de galhos que venham tentar caracterizar uma copa.

Art. 25. É proibida a realização de qualquer tipo de anelamento em qualquer vegetal de porte arbóreo em logradouro público.

Parágrafo único. Entende-se por anelamento o corte da casca circundando o tronco da árvore, impedindo a circulação da seiva elaborada, podendo levar o vegetal à morte.

Art. 26. Fica proibido, ainda:

- I - Danificar, de qualquer forma, qualquer vegetal de porte arbóreo e mudas definidas nesta Lei;
- II - Pichar, fixar pregos, faixas, cartazes ou similares em árvores, seja qual for o fim;
- III - Plantar árvores em qualquer logradouro, passeios e demais espaços públicos sem autorização por escrito da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente;
- IV - Depositar resíduos ou entulhos em canteiros centrais, canteiro de árvores, praças e demais áreas verdes municipais;
- V - O trânsito de veículos, de qualquer natureza, sobre os passeios, canteiros, praças e jardins públicos, salvo com autorização da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

TÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I
DA PODA, SUPRESSÃO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 27. O procedimento para pedidos de poda, supressão ou transplante de árvores ocorrerá através de requerimento próprio, que deverá ser protocolado na Prefeitura do Município de Jales e/ou na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

§ 1.º Os pedidos serão analisados por um técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

§ 2.º Os pedidos deverão ser apresentados com os seguintes documentos e informações a constar:

- I - Requerimento específico, com os dados do requerente, localização do imóvel, a solicitação e sua justificativa;
- II - Cópia de documento de identificação pessoal, no qual conste assinatura;
- III - Cópia de documento comprobatório de propriedade ou posse do imóvel;
- IV - Termo de compromisso, quanto a poda, supressão ou substituição, conforme previsto nesta legislação.

Art. 28. Indeferido o pedido, o interessado terá o prazo de 15 (quinze) dias para recorrer.

Art. 29. Indeferido o recurso, o processo será arquivado, podendo o interessado solicitar novo pedido somente após apresentar novo motivo que justifique a poda, corte ou substituição.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente juntará ao recurso o seu laudo técnico.

Art. 30. Deferido o pedido, o Requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a poda, supressão ou transplante da árvore, podendo o prazo ser prorrogado por motivo justificado.

Parágrafo único. Os pedidos de supressão de árvores deferidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente deverão ser remetidos ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, para serem homologados.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente poderá autorizar que empresas privadas credenciadas e habilitadas tecnicamente executem os serviços de supressão de árvores já deferidos.

CAPÍTULO II
DA COMPENSAÇÃO

Art. 32. No caso de pedido de supressão de árvores, o Requerente deverá comunicar a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente assim que efetuar a compensação.

Parágrafo único. A compensação de que trata este artigo deverá ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de arquivamento do pedido.

Art. 33. A compensação será indicada pelo técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente no deferimento do pedido e poderá ser feita através de:

- I - Doação de mudas ao Viveiro Municipal;
- II - Recuperação de áreas degradadas;
- III - Custo de projetos ambientais;
- IV - Plantio de outro indivíduo arbóreo no local onde houve a supressão.

Parágrafo único. Fica dispensada da compensação prevista neste artigo, a supressão de espécies exóticas invasoras com propagação prejudicial, comprovada por Laudo Técnico.

Art. 34. O autor que infringir o disposto no art. 29 desta Lei, além da multa prevista, não estará isento da compensação ambiental, a qual será definida por técnico legalmente habilitado da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e a homologação do COMDEMA.

TÍTULO VI
DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 35. Ao infrator serão aplicadas penalidades na seguinte ordem:

- I - Causar a morte de mudas de árvores: multa de 2 (duas) UFM's, por muda;
- II - Por infração ao disposto no art. 29 desta Lei: multa de 3 (três) UFM's;
- III - Promover, sem autorização, poda em qualquer espécie vegetal de porte arbóreo: multa de 2 (duas) UFM's, por árvore;
- IV - Suprimir, realizar poda drástica, anelar ou causar danos que venham provocar a morte de espécies arbóreas, sem a devida autorização: multa de 4 (quatro) UFM's, por árvore e replantio;
- V - Desrespeitar o planejamento de arborização urbana: multa de 2 (duas) UFM's e embargo das obras até o integral cumprimento das obrigações impostas por esta Lei.

§ 1.º A graduação da pena de multa levará em conta a existência ou não de situações atenuantes ou agravantes.

§ 2.º São situações atenuantes:

- a) Menor grau de compreensão do infrator;
- b) Ser primário;
- c) Ter procurado de algum modo comprovar evitar ou atenuar as consequências do ato ou do dano às árvores;
- d) Para subsistência.

§ 3.º São situações agravantes:

- a) Ser reincidente;
- b) Prestar falsas informações ou omitir dados técnicos;
- c) Deixar de solicitar autorização para realização de quaisquer atividades para manejo da arborização urbana;
- d) Realizar corte ou poda não autorizada à noite ou em finais de semana;
- e) Dificultar ou impedir a ação fiscalizadora ou desatar os arquivos da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente;
- f) Não reparação do dano ou conteúdo da degradação ambiental causada.

§ 4.º Em casos de reincidência, a multa será aplicada em dobro da anteriormente imposta.

§ 5.º Atendido ao disposto neste artigo, para fixação de valores de multas e compensação, a autoridade ambiental municipal levará em conta a capacidade econômica do infrator, caso este não consiga pagar prestação pecuniária, terá de reparar o dano com uma das hipóteses de compensação previstas nesta Lei, a qual será definida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

Art. 36. Caberá à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente encaminhar para a Procuradoria Geral do Município, e após isso a mesma encaminhar ao Ministério Público as informações relativas às autuações aplicadas em decorrência de descumprimento desta Lei.

CAPÍTULO II
DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 37. Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos nela estabelecidos ou na desconformidade de determinações de caráter normativo dos órgãos e das autoridades administrativas competentes.

Art. 38. Será considerado infrator, na forma desta Lei, respondendo solidariamente:

- I - O executor;
- II - O mandante;
- III - Quem, de qualquer modo, contribua para o feito.

Art. 39. O auto de infração será lavrado pela autoridade municipal que a constatou, no local em que for verificada a infração ou na sede da repartição competente, devendo conter:

- I - Nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários para sua qualificação e identificação civil;
- II - Local, data e hora da infração;
- III - Descrição da infração em conformidade com esta Lei, e menção ao dispositivo legal transgredido;
- IV - Penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;
- V - Prazo para o recolhimento da multa quando aplicada;
- VI - Prazo para interposição de defesa.

Art. 40. A autoridade competente que tiver ciência ou notícia de ocorrência de infração é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio.

Art. 41. As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade do documento, quando do processo constar os elementos necessários à determinação da infração e do infrator.

Art. 42. O infrator será notificado, pessoalmente, no próprio auto de infração.

§ 1.º No caso de recusa do recebimento da notificação do auto de infração, o fiscal certificará acompanhado de 02 (duas) testemunhas.

§ 2.º No caso de não localização do infrator, a notificação ocorrerá através de edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Art. 43. O infrator poderá se defender ou impugnar o auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

§ 1.º Apresentada a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado em reunião deliberativa do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente após o parecer do COMDEMA, em primeira instância, cabendo recurso em segunda instância ao Chefe do Poder Executivo, com prévia apreciação pela Procuradoria Geral do Município.

§ 2.º No julgamento do auto de infração poderá ser concedida prorrogação do prazo para cumprimento da penalidade, com base em justificativa fundamentada.

Art. 44. Não havendo interposição de recurso no prazo do artigo anterior, o processo será considerado concluído.

CAPÍTULO III
DA DEFESA E DO RECURSO

Art. 45. O não recolhimento da multa dentro dos prazos fixados implicará a sua inscrição em dívida ativa, na forma da legislação pertinente.

Art. 46. Os recursos interpostos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 47. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa, ou apereados os recursos, a autoridade proferirá a decisão final, dando o processo por concluído, após a respectiva notificação.

Art. 48. Os valores arrecadados, provenientes da aplicação de multas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMMA).

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, nos limites de sua competência, poderá expedir as resoluções que julgar necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 50. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, promoverá a ampla divulgação do conteúdo desta Lei, especialmente através da distribuição aos municípios de panfletos, por radiodifusão, site da Prefeitura e publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.935, de 14 de agosto de 1991.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETO
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Lei nº 5.506, de 08 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 3.917.013,57 (três milhões, novecentos e dezessete mil e treze reais e cinquenta e sete centavos), destinada à abertura de dotação orçamentária para atendimento de custeio e investimentos da Atenção Primária em Saúde, Fundo de Manutenção Esportivo, reforma do Ginásio Poliesportivo, construção de academia ao ar livre, reforma do Ginásio Vera Lúcia, construção de Pista de Skate, dotações da Secretaria de Mobil. Urbana e Seg. Pública, devolução de saldos de convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social e saldo de emenda parlamentar federal da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

08.244.0007.2021.0000	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÍDIA				
Ficha 974	3.390.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 92	3.386,30	
08.244.0007.2046.1310	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
Ficha 1011	4.490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 95	52.605,22	
08.244.0007.2046.1310	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
Ficha 1012	4.490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 95	101.876,47	
08.244.0007.2046.1310	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
Ficha 1013	4.490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 95	157.696,07	
08.244.0007.2023.0000	BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
Ficha 1017	3.390.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 92	1.830,71	
02 10 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0010.2036.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)				
Ficha 1013	3.390.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 92	1.100.000,00	
10.301.0010.2036.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)				
Ficha 1014	3.390.30.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 92	200.000,00	
10.301.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 1016	4.490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 92	100.000,00	
02 11 02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER				
27.812.0021.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha 1018	4.490.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	300.000,00	
27.812.0021.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha 1019	4.490.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	300.000,00	
27.812.0021.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha 1020	4.490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 02	50.000,00	
27.812.0021.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha 1021	4.490.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 02	1.259.618,80	
02 11 05	FUNDO DE MANUTENÇÃO ESPORTIVO				
27.812.0021.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 1024	3.390.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	5.000,00	
27.812.0021.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 1025	3.390.33.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	5.000,00	
02 14 00	SECRETARIA MUN. DE MOBIL. URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA-SMMSP				
15.451.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 1022	3.390.33.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	240.000,00	
15.451.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 1023	3.390.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	40.000,00	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.510, de 15 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 2.164.083,94 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos) destinado a abertura de dotação orçamentária para devolução de saldos de convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social, devolução de saldos de convênios da Secretaria de Saúde, aquisição de mobiliário para a EMEI Prof.ª Diva Maciel Jorge, utilização de royalties de exploração do petróleo pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, reforma e adequação do Ginásio Municipal de Esportes e dotações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
12.392.0013.2122.0000	PROMOÇÃO DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS, SHOWS, ESPETÁCULOS E FEIRAS				
Ficha	1029	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 1.000,00
12.392.0013.2122.0000	PROMOÇÃO DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS, SHOWS, ESPETÁCULOS E FEIRAS				
Ficha	1030	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	02 1.000,00
12.392.0013.2122.0000	PROMOÇÃO DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS, SHOWS, ESPETÁCULOS E FEIRAS				
Ficha	1031	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05 1.000,00
02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA		
04.122.0004.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha	1027	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 150.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	1026	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	Fonte	01 60.600,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	1036	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	91 500.000,00
18.541.0015.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	1037	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	91 400.000,00
18.541.0015.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	1038	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	91 152.806,73
08.122.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	1032	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01 7.996,00
08.244.0007.2046.1310	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
Ficha	1033	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92 1.231,80
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.365.0011.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha	1035	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	92 251.746,07
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0010.2036.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)				
Ficha	1034	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92 9.703,34
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.1001.0000	EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS				
Ficha	1028	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 627.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

- I- **RS 1.315.487,94** resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- II- **RS 2.000,00** de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- III- **II – RS 846.596,00** de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	01	01	GABINETE DO PREFEITO		
04.122.0004.2099.0000	ADIANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO				
Ficha	14	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -5.000,00
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	23	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -1.600,00
02	01	02	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE		
04.122.0004.2006.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE				
Ficha	29	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -7.100,00
02	01	03	CONSELHO TUTELAR		
14.243.0004.2007.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR				
Ficha	40	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -8.100,00
02	02	01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
03.062.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	52	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -38.500,00
03.062.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	54	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -38.500,00
03.062.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	58	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -24.800,00
02	03	02	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		
23.695.0018.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	105	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -27.500,00
02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
13.392.0013.2004.1491	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Ficha	115	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -500,00
13.392.0013.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	124	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -10.000,00
02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA		
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	140	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01 -10.478,36
02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA		
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	145	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -20.900,00
02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS		
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	157	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -7.100,00
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU		
15.122.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	201	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -27.600,00
15.452.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	228	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -104.621,64
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2105.0000	GESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR				
Ficha	263	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte	01 -53.000,00
18.541.0015.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	275	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -38.200,00
02	08	01	SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.122.0007.2004.1391	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Ficha	289	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -300,00
08.122.0007.2004.1392	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Ficha	292	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -300,00
08.122.0007.2004.1393	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Ficha	295	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -300,00
08.242.0007.2004.1493	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Ficha	303	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -200,00
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.122.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	332	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -7.996,00
08.122.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	337	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -5.100,00
08.244.0007.2020.0000	PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CRAS)				
Ficha	390	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -500,00
08.244.0007.2021.1321	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA				
Ficha	401	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -500,00
08.244.0007.2021.1322	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA				
Ficha	409	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -5.100,00
08.244.0007.2022.1331	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA				
Ficha	416	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -5.100,00
02	08	03	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE		
08.243.0007.2024.0000	ACOES DE POLITICAS PUBLICAS DA INFANCIA E JUVENTUDE				
Ficha	440	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -4.100,00
02	08	03	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE		

08.243.0007.2025.0000	FORTELECIMENTO DA REDE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE				
Ficha	447	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -2.500,00
02	08	04	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		
08.241.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	451	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -500,00
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCACAO		
12.122.0011.2004.1191	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Ficha	465	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -100,00
12.122.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	479	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -23.800,00
02	09	13	EDUCACAO BASICA		
12.361.0011.2044.0000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Ficha	588	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -30.000,00
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	607	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -2.000,00
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	615	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -600,00
12.365.0011.2113.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA				
Ficha	642	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -15.000,00
12.365.0011.2113.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA				
Ficha	650	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -200,00
12.367.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	717	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -3.500,00
02	11	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha	718	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -32.100,00
10.301.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha	750	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -39.200,00
10.302.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha	782	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -2.000,00
10.303.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha	805	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -1.000,00
10.304.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha	821	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -500,00
10.305.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha	834	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -1.000,00
10.305.0010.2036.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)				
Ficha	848	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -62.700,00
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	872	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -11.000,00
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				

02	12	01	SECRETARIA MUN DE COMUNICACAO SOCIAL		
04.131.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	886	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -16.000,00
04.131.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	890	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -16.300,00
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG		
04.122.0004.2103.0000	APOIO A MANUTENÇÃO DE ORGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS				
Ficha	897	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -15.000,00
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	904	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -25.400,00
02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL. URBANA E SEGURANCA PUBLICA-SMMUSP		
15.451.0014.2104.0000	ACOES VOLTADAS AS ATIVIDADES DE TRANSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA				
Ficha	915	3.3.60.45.00	SUBVENÇÕES ECONOMICAS	Fonte	01 -84.000,00
15.451.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	933	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -500,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 15 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.511, de 15 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.458.800,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais), destinado a suplementação de dotações orçamentárias diversas e mobiliário para as escolas da Secretaria de Educação, aquisição de EPI pela Sec. de Administração, dotações diversas da Sec. de Desenvolvimento Social e manutenção de retroescavadeira.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 383, de 16 de fevereiro de 2023.

Altera a Lei Complementar nº 351, de 16 de setembro de 2021.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O artigo 51 da Lei Complementar nº 351, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51. O Poder Executivo Municipal somente poderá autorizar a liberação integral da caução quando as obras e serviços forem integralmente executados, mediante requerimento do interessado.

§ 1.º A caução referente às obras e serviços de execução de redes de abastecimento de água potável, rede de coleta e disposição de esgotamento sanitário e redes de energia elétrica e iluminação pública somente poderá ser liberada após as cartas de aceitação das obras e serviços por parte dos órgãos competentes.

§ 2.º O descaucionamento parcial não poderá ser realizado, em qualquer hipótese, pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 2.º O artigo 27 da Lei Complementar nº 351, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. Da área total objeto do parcelamento do solo será destinado:

I - áreas permeáveis (verde e de lazer): 20% (vinte por cento) nos empreendimentos residenciais e mistos, e 10% (dez por cento) nos empreendimentos exclusivamente industriais, comerciais ou de interesse social;

II - áreas institucionais: 5% (cinco por cento) da área total a ser loteada para empreendimentos residenciais, mistos e de interesse social.

§ 1.º As áreas institucionais destinadas ao empreendimento poderão ser utilizadas pelo empreendedor em até 60% (sessenta por cento) para a implantação de equipamentos comunitários e públicos, inclusive de saneamento básico e infraestrutura.

§ 2.º Em casos excepcionais, nos quais haja motivações externas aos empreendimentos e sejam exigidas obras e serviços complementares pelo Município, o empreendedor poderá utilizar até 100% (cem por cento) das áreas institucionais para as implantações e execuções das obras e serviços exigidos pelo Município.

Art. 3.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 384, de 16 de fevereiro de 2023.

Altera a Lei Complementar nº 355, de 16 de setembro de 2021.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O artigo 3º da Lei Complementar nº 355, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º A Reurb compreende duas modalidades:

I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal;

II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1.º As regularizações de empreendimentos por meio de Reurb-E deverão ser através da modalidade de acesso controlado e atender ao estabelecido na Lei Complementar nº 351, de 16 de setembro de 2021.

§ 2.º As regularizações de empreendimentos por meio de Reurb-E deverão ser requeridas através de associações de moradores, devidamente constituídas e regulares, dos núcleos a serem regularizados.

§ 3.º Considera-se passível de regularização os núcleos onde possuir 50% (cinquenta por cento) ou mais de ocupação através de edificações para moradias ou atividades comerciais nas áreas provenientes do parcelamento de solo.

Art. 2.º O artigo 4º da Lei Complementar nº 355, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º Para fins desta Lei Complementar, considera-se infraestrutura essencial os seguintes descritos a seguir, os quais deverão atender as dimensões especificadas nos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 351, de 16 de setembro de 2021:

I - sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;
II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;
III - rede de energia elétrica domiciliar;
IV - soluções de drenagem, quando necessário;
V - iluminação pública;
VI - pavimentação asfáltica dentro do empreendimento;
VII - pavimentação asfáltica e iluminação pública na via externa de ligação até uma via pública com pavimentação asfáltica;
VIII - sinalização vertical e horizontal de trânsito;
IX - acessibilidade urbana;

X - dispositivo de acesso, quando o empreendimento possuir via de acesso com ligação direta por rodovia, vicinal ou avenida com grande tráfego de veículos.

§ 1.º Todos os equipamentos dispostos neste artigo deverão conter aprovações dos órgãos e concessionárias relacionados.

§ 2.º Deverá ser apresentado pelos interessados ao Município de Jales Cronograma Físico-Financeiro das Obras e Serviços a serem executados pelos mesmos com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF.

§ 3.º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que solicitado com antecedência ao vencimento e contenha justificativa plausível, o qual será submetido aos órgãos envolvidos para análises e manifestações.

§ 4.º Caso os interessados não cumpram integralmente as obrigações assumidas dentro do prazo estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro apresentado pelos mesmos, o processo será considerado nulo e o Município de Jales encaminhará informações ao Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jales para os devidos procedimentos legais.

Art. 3.º O artigo 5º da Lei Complementar nº 355, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5.º Todas as despesas decorrentes da Reurb-E deverão ser custeadas integralmente pelos beneficiários, ficando o Poder Público isento de quaisquer valores e/ou emolumentos.

§ 1.º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos gastos com projetos, licenças, autorizações, serviços e obras para implantação dos sistemas viários, implantação da infraestrutura essencial e dos estudos técnicos, quando for o caso, entre outros.

§ 2.º Deverá ser apresentado pelos interessados Termo de Compromisso constando a obrigação de custear todas as despesas contidas neste artigo e isentando o Município de Jales de quaisquer valores e/ou emolumentos decorrentes da Reurb-E.

Art. 4.º O artigo 6º da Lei Complementar nº 355, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6.º Ficam dispensados das exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edílicos, os empreendimentos e edificações que se enquadrarem no disposto nesta Lei Complementar.

§ 1.º O Poder Público, através dos seus órgãos competentes, analisará a possibilidade das dispensas estabelecidas no caput deste artigo, mediante situação consolidada de edificações destinadas a moradias, atividades comerciais ou essenciais a estas, não se aplicando aos elementos de cercamento e/ou fechamento.

§ 2.º Não se aplica o disposto no caput nas vias públicas.

§ 3.º Os núcleos a serem regularizados e que fazem divisas com estradas municipais oficiais deverão obedecer ao eixo dessas vias e as dimensões estabelecidas na legislação.

§ 4.º Em situações que houver a necessidade de alargamento de vias existentes para atendimento às dimensões mínimas estabelecidas, o Poder Público poderá declarar a área necessária para complementação como de interesse público e os interessados pela regularização deverão custear todas as despesas decorrentes deste ato, inclusive as necessárias indenizações de terceiros.

Art. 5.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 385, de 16 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a designação provisória do quadro de pessoal das unidades escolares durante a transição na desvinculação das EMEI's.

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, apresento o seguinte projeto de Lei:

Art. 1.º Nas Unidades Escolares de Educação Infantil que atendam crianças de 0 a 3 anos (zero a três) anos, poderá haver um cargo de vice-diretor de escola, de provimento em comissão, até que a unidade escolar seja constituída como unidade administrativa.

Art. 2.º Esta Lei Complementar entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 386, de 1º de março de 2023.

Que cria 02 (dois) cargos de Farmacêutico.

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales/SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo esta Lei Complementar:

Art. 1.º Fica criado, na estrutura administrativa do Município de Jales, o seguinte cargo isolado de provimento efetivo:

I - 02 (dois) cargos de Farmacêutico.

Parágrafo único. Os cargos criados no inciso I ficam submetidos à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar será realizado de forma gradual, condicionados à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, com dotação suficiente, nos termos do § 1.º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3.º As atribuições dos cargos criados por esta Lei Complementar serão as especificadas no Anexo I e os padrões, referências, vencimentos, escolaridade exigida, os constantes no Anexo II.

Art. 4.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.603, de 02 de fevereiro de 2023.

Nomeia em substituição de membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal nº. 2.949, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com alterações dadas pela Lei Municipal nº. 3.698, de 07 de janeiro de 2010;

Considerando Ofício 097/2023- SMDS, de 31/01/2023, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, protocolado sob o nº 2686/2023, de 1º/02/2023, solicitando a substituição da servidora Daniela Cristina Martins de Oliveira Nunes, representante da referida Secretaria, como membro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Considerando Ofício 098/2023 - SMDS, de 31/01/2023, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, protocolado sob o nº 2687/2023, de 1º/02/2023, solicitando a substituição da senhora Larissa Landulfo dos Santos representante do CORECA - Conselho Regional da Criança e do Adolescente, como membro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETO:

Art. 1.º Ficam nomeadas as servidoras abaixo relacionadas em substituição, para integrar o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**.

III – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: MARCIA APARECIDA DA SILVA FORTES

VI – Representantes de entidades não-governamentais:

a) **Titulares:**

4) Representante CORECA – Consórcio Regional da Criança e do Adolescente:

DENISE ROQUE DA SILVA

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 02 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.606, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a nova estrutura do Sistema de Ensino Público do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que por força do Termo de Aditamento e Reti-Ratificação do Convênio de Municipalização do Ensino firmado em 11 de janeiro de 2.010 entre a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e o Município de Jales, a Rede Pública Municipal de Ensino sofreu alteração na sua estrutura física;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

DECRETO:

Art. 1.º. Este Decreto disciplina a estrutura do Sistema de Ensino Público do Município de Jales, para fins de organização e implementação da Educação Básica nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental – Ciclo I – 1 ao 5º Ano, Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º ao 5º Ano e Atendimento Educacional Especializado AEE pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Ficam incorporadas ao Sistema Municipal de Ensino de Jales, em decorrência de Termo de Aditamento e Reti-Ratificação do Convênio de Municipalização do Ensino, as escolas:

I- EE Profª Elza Pirro Viana;

II- EE Cohab José Antonio Caparroz Bogaz;

III- EE Profª Eljácia Moreira;

IV- EE Prof. João Arnaldo Andreu Avelhaneda;

V- EE Juvenal Giraldeili;

VI- EE Dep. Oswaldo Carvalho.

§ 1º- A EE Municipalizada Profª Eljácia Moreira e a EM Prof. Alberto Gandur passam a formar uma só escola com a denominação de E.M. Prof. Alberto Gandur, subdividida em Unidade I e II.

Art. 3. O Sistema Municipal de Ensino do Município de Jales compõe de unidades escolares destinados a ofertar as seguintes modalidades de ensino:

- Educação Infantil (Creches), para crianças de até três anos, 11 meses e 29 dias de idade;
- Educação Infantil - Pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos idade;
- Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, do 1º ao 5º ano – Ciclo I;
- Educação de Jovens e Adultos, do 1º ao 5º Ano;
- Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 4º As unidades escolares que compõe o Sistema de Ensino Público do Município de Jales, estão aptas a ofertar atendimento aos alunos conforme segue abaixo, conforme disponibilidade de espaço físico e formação de salas de aulas:

- Educação Infantil - Creche (0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias)
 - Escola Municipal de Educação Infantil Dercilio Joaquim de Carvalho;
 - Escola Municipal de Educação Infantil Professora Diva Maciel Jorge;
 - Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Nívea Leni Marcondes Pavan Alves;
 - Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Gema Aparecida Prandi Rosa
 - Escola Municipal de Educação Infantil do Jardim Arapuá;
 - Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Aparecido Tadeu Rodrigues Estanislau;
 - Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Antônio Di Bernardo Perez.
 - Escola Municipal de Educação Infantil Profª Vera Lúcia da Silva Oliveira Vilela;
 - Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Rosilene Montanher de Oliveira Pantaleão.

II – Educação Infantil - Pré-escola (4 e 5 anos):

- Escola Municipal Prof. Alberto Gandur – unidade I e II;
- Escola Municipal Prof. Oswaldo Soler;
- Escola Municipal Profª. Eljácia Moreira;
- Escola Municipal Profª. Maria Olympia Braga Sobrinho.
- Escola Municipal Profª. Iracema Pinheiro Candeo- LOLA;
- Escola Municipal Prof. João Arnaldo Andreu Avelhaneda;
- Escola Municipal Profª Elza Pirro Viana.
- Escola Municipal de Educação Infantil Dercilio Joaquim de Carvalho;
- Escola Municipal de Educação Infantil Professora Diva Maciel Jorge;
- Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Nívea Leni Marcondes Pavan Alves;
- Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Gema Aparecida Prandi Rosa
- Escola Municipal de Educação Infantil do Jardim Arapuá;
- Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Aparecido Tadeu Rodrigues Estanislau;
- Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Antonio Di Bernardo Perez.
- Escola Municipal de Educação Infantil Profª Vera Lúcia da Silva Oliveira Vilela;
- o) Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Rosilene Montanher de Oliveira Pantaleão.

III - no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, 1º ao 5º ano e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) dar-se-á nas:

- EM Profª. Maria Olympia Braga Sobrinho;
- EM Prof. Oswaldo Soler;
- EM Profª. Jacira de Carvalho da Silva;
- EM Profª. Eljácia Moreira;
- Escola Municipal Profª. Iracema Pinheiro Candeo- LOLA;
- Escola Municipal Prof. João Arnaldo Andreu Avelhaneda;
- Escola Municipal Profª Elza Pirro Viana;
- Escola Municipal Prof. Alberto Gandur- Unidade I e II;

IV – Atendimento Educacional Especializado – AEE, dar-se-á nas:

- Escola Municipal Prof. Alberto Gandur – unidade I e II;
- Escola Municipal Prof. Oswaldo Soler;
- Escola Municipal Profª. Eljácia Moreira;
- Escola Municipal Profª. Maria Olympia Braga Sobrinho.
- Escola Municipal Profª. Iracema Pinheiro Candeo- LOLA;
- Escola Municipal Prof. João Arnaldo Andreu Avelhaneda;
- Escola Municipal Profª Elza Pirro Viana.
- Escola Municipal de Educação Infantil Dercilio Joaquim de Carvalho;
- Escola Municipal de Educação Infantil Professora Diva Maciel Jorge;
- Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Nívea Leni Marcondes Pavan Alves;
- Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Gema Aparecida Prandi Rosa
- Escola Municipal de Educação Infantil do Jardim Arapuá;
- Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Aparecido Tadeu Rodrigues Estanislau;
- n) Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Antonio Di Bernardo Perez.
- o) Escola Municipal de Educação Infantil Profª Vera Lúcia da Silva Oliveira Vilela;
- p) Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Rosilene Montanher de Oliveira Pantaleão.

Art. 5º As Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs ficam desvinculadas das Escolas Municipais (EMs) passando a ser unidades administrativas próprias.

Art. 6º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação fornecerá suporte técnico-pedagógico e administrativo para assegurar o desenvolvimento normal das atividades das unidades escolares desvinculadas, até o preenchimento do quadro de pessoal necessário.

Art. 8º Havendo necessidade, o poder executivo poderá designar através de Portaria Diretor de Escola para as unidades desvinculadas, a fim de assegurar o desenvolvimento normal das atividades até o preenchimento do quadro de pessoal necessário para eleição.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 7.945, de 05 de dezembro de 2019.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor a partir 1º de março 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.605, de 06 de fevereiro de 2023.

Concede reajuste de vencimento e salário aos servidores e empregados ocupantes de cargos e empregos públicos municipais, inclusive aos aposentados e pensionistas, e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que a Lei nº 5.500, de 25 de janeiro de 2023, concedeu reajuste de vencimento e salário aos servidores e empregados ocupantes de cargos e empregos públicos municipais, inclusive aos aposentados e pensionistas.

Considerando que o Art. 3º da mencionada Lei dispõe que o Chefe do Poder Executivo editará Decreto com os valores da Tabela de Padrões e Referências, Anexo III, da Lei Municipal nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984, com suas alterações posteriores, e aqueles cujos vencimentos e/ou salários não integram a mesma tabela, de acordo com o disposto no artigo 1º da citada Lei.

DECRETO:

Art. 1.º Ficam atualizados os valores da Tabela de Padrões e Referências, Anexo III, da Lei Municipal nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984, com suas alterações posteriores, e aqueles cujos vencimentos e/ou salários não integram a mesma tabela, de acordo com os anexos deste Decreto, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2023.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 06 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETO
Secretário Municipal de Administração

Decreto nº 9.605, de 06 de fevereiro de 2023
(Reajuste de 7% a partir de 1º de janeiro de 2023)
Anexo I

Tabela de Padrões e Referências - Anexo III da Lei nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	RS 1.200,01	RS 1.252,56	RS 1.306,93	RS 1.363,99	RS 1.423,91	RS 1.486,83	RS 1.552,91	RS 1.622,39	RS 1.695,12	RS 1.771,61	RS 1.851,91
B	RS 1.253,60	RS 1.286,89	RS 1.340,00	RS 1.401,97	RS 1.465,78	RS 1.532,30	RS 1.596,87	RS 1.668,43	RS 1.743,59	RS 1.824,48	RS 1.905,34
C	RS 1.306,78	RS 1.350,50	RS 1.382,96	RS 1.443,84	RS 1.507,93	RS 1.574,88	RS 1.645,54	RS 1.719,53	RS 1.797,01	RS 1.876,01	RS 1.964,35
D	RS 1.310,04	RS 1.367,28	RS 1.427,37	RS 1.490,48	RS 1.556,72	RS 1.626,28	RS 1.699,32	RS 1.776,01	RS 1.856,54	RS 1.941,09	RS 2.029,86
E	RS 1.357,44	RS 1.412,84	RS 1.475,22	RS 1.540,69	RS 1.609,46	RS 1.681,87	RS 1.757,48	RS 1.837,07	RS 1.920,64	RS 2.008,40	RS 2.100,35
F	RS 1.402,14	RS 1.463,97	RS 1.528,80	RS 1.597,97	RS 1.668,61	RS 1.743,80	RS 1.822,70	RS 1.905,75	RS 1.992,94	RS 2.083,91	RS 2.179,86
G	RS 1.454,84	RS 1.519,28	RS 1.586,88	RS 1.658,06	RS 1.732,68	RS 1.811,08	RS 1.893,32	RS 1.979,71	RS 2.070,42	RS 2.165,68	RS 2.268,32
H	RS 1.513,61	RS 1.581,06	RS 1.651,78	RS 1.726,10	RS 1.804,14	RS 1.886,06	RS 1.972,48	RS 2.062,43	RS 2.157,36	RS 2.258,70	RS 2.371,63
I	RS 1.576,69	RS 1.647,23	RS 1.721,33	RS 1.799,18	RS 1.880,81	RS 1.966,27	RS 2.056,64	RS 2.151,18	RS 2.251,77	RS 2.364,38	RS 2.482,40
J	RS 1.647,21	RS 1.721,31	RS 1.799,10	RS 1.880,77	RS 1.966,53	RS 2.056,59	RS 2.151,14	RS 2.251,75	RS 2.364,33	RS 2.482,54	RS 2.606,67
L	RS 1.724,83	RS 1.802,80	RS 1.884,67	RS 1.970,63	RS 2.060,84	RS 2.155,66	RS 2.256,84	RS 2.369,78	RS 2.488,18	RS 2.612,58	RS 2.743,20
M	RS 1.810,66	RS 1.892,78	RS 1.979,06	RS 2.069,73	RS 2.164,84	RS 2.267,07	RS 2.380,77	RS 2.499,80	RS 2.624,81	RS 2.756,01	RS 2.893,84
N	RS 1.900,67	RS 1.987,43	RS 2.078,54	RS 2.174,19	RS 2.277,88	RS 2.391,76	RS 2.511,35	RS 2.636,92	RS 2.768,75	RS 2.907,21	RS 3.052,55
O	RS 2.007,78	RS 2.099,91	RS 2.196,61	RS 2.302,78	RS 2.418,48	RS 2.539,46	RS 2.666,35	RS 2.799,68	RS 2.939,66	RS 3.086,64	RS 3.240,98
P	RS 2.113,08	RS 2.217,66	RS 2.326,51	RS 2.444,84	RS 2.567,20	RS 2.695,51	RS 2.830,32	RS 2.971,63	RS 3.120,43	RS 3.276,46	RS 3.440,29
Q	RS 2.246,04	RS 2.358,54	RS 2.476,27	RS 2.600,07	RS 2.730,07	RS 2.866,54	RS 3.009,91	RS 3.160,41	RS 3.318,42	RS 3.484,35	RS 3.658,97
R	RS 2.645,36	RS 2.777,54	RS 2.916,61	RS 3.062,23	RS 3.215,35	RS 3.376,12	RS 3.544,03	RS 3.722,18	RS 3.908,28	RS 4.103,71	RS 4.308,89

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Decreto nº 9.605, de 06 de fevereiro de 2023
(Reajuste de 7% a partir de 1º de janeiro de 2023)
Anexo I

Tabela de Padrões e Referências - Anexo III da Lei nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984

	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	RS 1.936,22	RS 2.024,76	RS 2.117,72	RS 2.213,33	RS 2.324,53	RS 2.440,76	RS 2.562,82	RS 2.690,93	RS 2.825,51	RS 2.966,78
B	RS 1.992,33	RS 2.083,66	RS 2.179,58	RS 2.283,98	RS 2.396,17	RS 2.518,10	RS 2.644,00	RS 2.776,19	RS 2.915,01	RS 3.060,74
C	RS 2.054,19	RS 2.148,65	RS 2.246,89	RS 2.350,32	RS 2.470,30	RS 2.603,37	RS 2.753,53	RS 2.892,33	RS 3.053,74	RS 3.164,40
D	RS 2.123,09	RS 2.228,96	RS 2.336,94	RS 2.447,45	RS 2.569,02	RS 2.698,34	RS 2.833,25	RS 2.979,61	RS 3.123,65	RS 3.279,93
E	RS 2.197,30	RS 2.304,08	RS 2.419,30	RS 2.540,25	RS 2.667,25	RS 2.800,63	RS 2.940,65	RS 3.087,70	RS 3.242,08	RS 3.404,18
F	RS 2.284,29	RS 2.398,49	RS 2.518,42	RS 2.644,36	RS 2.776,56	RS 2.915,41	RS 3.061,17	RS 3.214,23	RS 3.374,93	RS 3.543,70
G	RS 2.381,63	RS 2.500,70	RS 2.625,71	RS 2.758,01	RS 2.896,89	RS 3.039,62	RS 3.190,61	RS 3.351,18	RS 3.518,74	RS 3.694,40
H	RS 2.490,22	RS 2.614,73	RS 2.745,44	RS 2.882,72	RS 3.026,86	RS 3.176,20	RS 3.337,08	RS 3.503,96	RS 3.679,18	RS 3.863,11
I	RS 2.606,71	RS 2.737,06	RS 2.875,89	RS 3.017,59	RS 3.168,48	RS 3.329,90	RS 3.495,25	RS 3.667,92	RS 3.851,32	RS 4.043,83
J	RS 2.737,01	RS 2.874,87	RS 3.017,55	RS 3.168,41	RS 3.326,51	RS 3.489,99	RS 3.661,83	RS 3.851,24	RS 4.054,81	RS 4.265,90
L	RS 2.880,37	RS 3.024,39	RS 3.175,60	RS 3.334,38	RS 3.501,13	RS 3.676,16	RS 3.859,96	RS 4.052,97	RS 4.255,63	RS 4.468,38
M	RS 3.038,54	RS 3.196,46	RS 3.349,99	RS 3.517,49	RS 3.693,36	RS 3.878,01	RS 4.071,93	RS 4.275,51	RS 4.489,29	RS 4.713,78
N	RS 3.205,19	RS 3.365,44	RS 3.531,72	RS 3.704,41	RS 3.885,91	RS 4.080,71	RS 4.285,27	RS 4.500,63	RS 4.725,51	RS 4.957,29
O	RS 3.403,04	RS 3.573,18	RS 3.751,84	RS 3.939,43	RS 4.136,40	RS 4.343,19	RS 4.560,39	RS 4.788,42	RS 5.027,82	RS 5.279,23
P	RS 3.612,29	RS 3.792,91	RS 3.982,53	RS 4.181,68	RS 4.396,79	RS 4.610,30	RS 4.839,80	RS 5.082,87	RS 5.336,99	RS 5.603,86
Q	RS 3.841,49	RS 4.033,58	RS 4.235,26	RS 4.447,01	RS 4.669,51	RS 4.902,63	RS 5.147,96	RS 5.405,56	RS 5.675,64	RS 5.959,43
R	RS 4.524,33	RS 4.750,56	RS 4.988,08	RS 5.237,47	RS 5.499,34	RS 5.774,30	RS 6.063,05	RS 6.366,17	RS 6.684,47	RS 7.017,72

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Decreto nº 9.605, de 06 de fevereiro de 2023
(Reajuste de 7% a partir de 1º de janeiro de 2023)
Anexo II

Tabela de Padrões e Referências - Anexo III da Lei nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984

Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	RS 1.302,00	RS 1.302,00	RS 1.306,93	RS 1.363,99	RS 1.423,91	RS 1.486,83	RS 1.552,91	RS 1.622,39	RS 1.695,12	RS 1.771,61	RS 1.851,91
B	RS 1.362,00	RS 1.362,00	RS 1.340,00	RS 1.401,97	RS 1.465,78	RS 1.532,30	RS 1.596,87	RS 1.668,43	RS 1.743,59	RS 1.824,48	RS 1.905,34
C	RS 1.302,00	RS 1.350,50	RS 1.382,96	RS 1.443,84	RS 1.507,93	RS 1.574,88	RS 1.645,54	RS 1.719,53	RS 1.797,01	RS 1.876,01	RS 1.964,35
D	RS 1.310,04	RS 1.367,28	RS 1.427,37	RS 1.490,48	RS 1.556,72	RS 1.626,28	RS 1.699,32	RS 1.776,01	RS 1.856,54	RS 1.941,09	RS 2.029,86
E	RS 1.357,44	RS 1.412,84	RS 1.475,22	RS 1.540,69	RS 1.609,46	RS 1.681,87	RS 1.757,48	RS 1.837,07	RS 1.920,64	RS 2.008,40	RS 2.100,35
F	RS 1.402,14	RS 1.463,97	RS 1.528,80	RS 1.597,97	RS 1.668,61	RS 1.743,80	RS 1.822,70	RS 1.905,75	RS 1.992,94	RS 2.083,91	RS 2.179,86
G	RS 1.454,84	RS 1.519,28	RS 1.586,88	RS 1.658,06	RS 1.732,68	RS 1.811,08	RS 1.893,32	RS 1.979,71	RS 2.070,42	RS 2.165,68	RS 2.268,32
H	RS 1.513,61	RS 1.477,57	RS 1.543,73	RS 1.613,18	RS 1.686,11	RS 1.762,87	RS 1.843,07	RS 1.927,40	RS 2.016,13	RS 2.109,93	RS 2.216,48
I	RS 1.576,69	RS 1.647,23	RS 1.721,33	RS 1.799,18	RS 1.880,81	RS 1.966,27	RS 2.056,64	RS 2.151,18	RS 2.251,77	RS 2.364,38	RS 2.482,40
J	RS 1.647,21	RS 1.721,31	RS 1.799,10	RS 1.880,77	RS 1.966,53	RS 2.056,59	RS 2.151,14	RS 2.251,75	RS 2.364,33	RS 2.482,54	RS 2.606,67
L	RS 1.724,83	RS 1.802,80	RS 1.884,67	RS 1.970,63	RS 2.060,84	RS 2.155,66	RS 2.256,84	RS 2.369,78	RS 2.488,18	RS 2.612,58	RS 2.743,20
M	RS 1.810,66	RS 1.892,78	RS 1.979,06	RS 2.069,73	RS 2.164,84	RS 2.267,07	RS 2.380,77	RS 2.499,80	RS 2.624,81	RS 2.756,01	RS 2.893,84
N	RS 1.900,67	RS 1.987,43	RS 2.078,54	RS 2.174,19	RS 2.277,88	RS 2.391,76	RS 2.511,35	RS 2.636,92	RS 2.768,75	RS 2.907,21	RS 3.052,55
O	RS 2.007,78	RS 2.099,91	RS 2.196,61	RS 2.302,78	RS 2.418,48	RS 2.539,46	RS 2.666,35	RS 2.799,68	RS 2.939,66	RS 3.086,64	RS 3.240,98
P	RS 2.113,08	RS 2.217,66	RS 2.326,51	RS 2.444,84	RS 2.567,20	RS 2.695,51	RS 2.830,32	RS 2.971,63	RS 3.120,43	RS 3.276,46	RS 3.440,29
Q	RS 2.246,04	RS 2.358,54	RS 2.476,27	RS 2.600,07	RS 2.730,07	RS 2.866,54	RS 3.009,91	RS 3.160,41	RS 3.318,42	RS 3.484,35	RS 3.658,97
R	RS 2.645,36	RS 2.777,54	RS 2.916,61	RS 3.062,23	RS 3.215,35	RS 3.376,12	RS 3.544,03	RS 3.722,18	RS 3.908,28	RS 4.103,71	RS 4.308,89

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Decreto nº 9.605, de 06 de fevereiro de 2023
(Reajuste de 7% a partir de 1º de janeiro de 2023)
Anexo II

Tabela de Padrões e Referências - Anexo III da Lei nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984

Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022

	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	RS 1.936,22	RS 2.024,76	RS 2.117,72	RS 2.213,33	RS 2.324,53	RS 2.440,76	RS 2.562,82	RS 2.690,93	RS 2.825,51	RS 2.966,78
B	RS 1.992,33	RS 2.083,66	RS 2.179,58	RS 2.283,98	RS 2.396,17	RS 2.518,10	RS 2.644,00	RS 2.776,19	RS 2.915,01	RS 3.060,74
C	RS 2.054,19	RS 2.148,65	RS 2.246,89	RS 2.350,32	RS 2.470,30	RS 2.603,37	RS 2.753,53	RS 2.892,33	RS 3.053,74	RS 3.164,40
D	RS 2.123,09	RS 2.228,96	RS 2.336,94	RS 2.447,45	RS 2.569,02	RS 2.698,34	RS 2.833,25	RS 2.979,61	RS 3.123,65	RS 3.279,93
E	RS 2.197,30	RS 2.304,08	RS 2.419,30	RS 2.540,25	RS 2.667,25	RS 2.800,63	RS 2.940,65	RS 3.087,70	RS 3.242,08	RS 3.404,18
F	RS 2.284,29	RS 2.398,49	RS 2.518,42	RS 2.644,36	RS 2.776,56	RS 2.915,41	RS 3.061,17	RS 3.214,23	RS 3.374,93	RS 3.543,70
G	RS 2.381,63	RS 2.500,70	RS 2.625,71	RS 2.758,01	RS 2.896,89	RS 3.039,62	RS 3.190,61	RS 3.351,18	RS 3.518,74	RS 3.694,40
H	RS 2.490,22	RS 2.614,73	RS 2.745,44	RS 2.882,72	RS 3.026,86	RS 3.176,20	RS 3.337,08	RS 3.503,96	RS 3.679,18	RS 3.863,11
I	RS 2.606,71	RS 2.737,06	RS 2.875,89	RS 3.017,59	RS 3.168,48	RS 3.326,96	RS 3.493,85	RS 3.667,92	RS 3.851,32	RS 4.043,88
J	RS 2.737,01	RS 2.875,05	RS 3.015,55	RS 3.166,44	RS 3.328,85	RS 3.496,99	RS 3.667,85	RS 3.851,24	RS 4.043,81	RS 4.245,80
K	RS 2.882,72	RS 3.026,86	RS 3.176,20	RS 3.337,08	RS 3.503,96	RS 3.679,18	RS 3.863,11	RS 4.056,99	RS 4.262,37	RS 4.479,78
L	RS 3.039,62	RS 3.242,08	RS 3.459,39	RS 3.686,36	RS 3.933,40	RS 4.191,00	RS 4.459,65	RS 4.739,86	RS 5.031,11	RS 5.333,99
M	RS 3.038,54	RS 3.190,46	RS 3.349,99	RS 3.517,49	RS 3.691,36	RS 3.878,01	RS 4.071,93	RS 4.275,51	RS 4.489,29	RS 4.713,78
N	RS 3.285,49	RS 3.444,34	RS 3.537,73	RS 3.710,41	RS 3.865,36	RS 4.067,27	RS 4.292,95	RS 4.528,51	RS 4.773,28	RS 4.978,28
O	RS 3.459,39	RS 3.686,36	RS 3.933,40	RS 4.191,00	RS 4.459,65	RS 4.739,86	RS 5.031,11	RS 5.333,99	RS 5.647,91	RS 5.973,49
P	RS 3.602,29	RS 3.792,91	RS 3.982,53	RS 4.181,68	RS 4.391,79	RS 4.610,03	RS 4.898,88	RS 5.082,37	RS 5.366,33	RS 5.603,86
Q	RS 3.761,46	RS 3.974,56	RS 4.191,00	RS 4.418,46	RS 4.656,34	RS 4.914,11	RS 5.191,36	RS 5.487,59	RS 5.793,31	RS 6.108,11
R	RS 4.524,33	RS 4.750,56	RS 4.982,53	RS 5.227,47	RS 5.490,34	RS 5.774,36	RS 6.063,96	RS 6.364,77	RS 6.684,47	RS 7.023,54



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.607, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMElS (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

DECRETO:

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professora Gema Aparecida Prandi Rosa, localizada na Rua Amazonas, nº. 1300, São Judas Tadeu, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº. 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

- a) **Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);**
- b) **Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);**
- c) **Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;**
- d) **Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;**
- e) **Complementação Educacional Regular;**
- f) **Atendimento Educacional Especializado – AEE.**

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.


Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
 Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETO
 Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.608, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMELs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

DECRETO:

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professora Vera Lúcia de Oliveira Vilela, localizada na Rua do Estado, nº 1865 - Jardim América, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº. 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

- a) Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);
- b) Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);
- c) Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;
- d) Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;
- e) Complementação Educacional Regular;
- f) Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES Estado de São Paulo	
Decreto nº 9.609, de 07 de fevereiro de 2023.	
Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.	
<p>LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;</p> <p>Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;</p> <p>Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMELs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;</p> <p>DECRETO:</p> <p>Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Dercílio Joaquim de Carvalho, localizada na Rua Formosa, 1575 - Cohab Dercílio Joaquim de Carvalho, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.</p> <p>Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº, 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.</p> <p>Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);b) Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);c) Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;d) Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;e) Complementação Educacional Regular;f) Atendimento Educacional Especializado – AEE. <p>Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.</p> <p>Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.</p> <p>Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.</p> <p>LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município</p> <p>Registrado e Publicado:</p> <p>REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOs Secretário Municipal de Administração</p>	

Decreto nº 9.610, de 07 de fevereiro de 2023.
--

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

DECRETO:

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professor Antonio Di Bernardo Perez, localizada na Rua da Fraternidade nº. 2237 – Jardim Maria Silveira, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº, 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

- a) **Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);**
- b) **Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);**
- c) **Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;**
- d) **Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;**
- e) **Complementação Educacional Regular;**
- f) **Atendimento Educacional Especializado – AEE.**

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.


Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.611, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 de dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMELs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

DECRETO:

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professor Aparecido Tadeu Rodrigues Estanislau, localizada na Avenida Guilherme Soncine nº. 1356 - Jardim Aeroporto, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº. 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

- a) **Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);**
- b) **Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);**
- c) **Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;**
- d) **Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;**
- e) **Complementação Educacional Regular;**
- f) **Atendimento Educacional Especializado – AEE.**

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.


Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADESON VOTA BARRETOs
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.612, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

DECRETO:

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Arapuã, localizada Avenida Tupã nº. 2360 - Jardim Arapuã, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº, 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

a) Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

b) Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

c) Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;

d) Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;

e) Complementação Educacional Regular;

f) Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.614, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professora Diva Maciel Jorge, localizada na Travessa Magda esquina c/ Rua Mirassol, nº 62 – Cohab JACB I, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº, 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

a) Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

b) Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

d) Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;

e) Complementação Educacional Regular;

f) Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.617, de 08 de fevereiro de 2023.

Que declara Pontos Facultativos nas repartições públicas municipais e dá outras providências

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no us de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando Decreto nº 9.539, de 07 de dezembro de 2022, que declara ponto facultativos nas escolas municipais para fim de elaboração do Calendário Escolar 2023;

DECRETO:

Art. 1.º Ficam declarados Pontos Facultativos nas repartições públicas municipais, no dias:

- 20 de fevereiro, segunda-feira – Carnaval
- 21 de fevereiro, terça-feira – Carnaval
- 22 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas.

Parágrafo único. As Creches e as Escolas municipais não funcionarão nos dias 21 de 22 de fevereiro de 2023, voltando a funcionar normalmente no dia 23 de fevereir de 2023, quinta-feira.

Art. 2.º As atividades essenciais funcionarão normalmente.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.620, de 08 de fevereiro de 2023.

Que permite, a título precário, permissão de uso de uma área de 4.127,35 m², localizada na Av. Paulo Marcondes.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando o requerimento da Empresa **INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS E SALGADOS KELECK LTDA**, protocolado sob nº 21360/2022, de 08/12/2022, localizada na Av. Paulo Marcondes, nº 401, no Distrito Industrial I, solicitando autorização para Cessão de Uso da área de 4.127,35 m², anexa das áreas sob matrículas 33.721 e 33.722;

Considerando que o Presidente do Conselho informa aos demais membros, que referida área é a única de possível utilização para ampliação do aeroporto;

Considerando que o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales – CONDEJ autorizou com unanimidade, com as condições de constar no Termo de Cessão de Uso, que o poder público não ficará responsável por indenização, caso haja edificação de benfeitorias na área;

Considerando o Ofício nº. 002/2023 – CONDEJ, de 02 de janeiro de 2023, informando a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales - CONDEJ, deliberada em ata de reunião realizada aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2023;

Considerando que o § 3º do artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Jales, que autoriza a permissão de uso de bens públicos municipais, a título precário e por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

DECRETO:

Art. 1.º Fica autorizado a **INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS E SALGADOS KELECK LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.370.961/0001-50, com sede na Av. Paulo Marcondes, nº 401, Distrito Industrial I, Jales-SP, permissão de uso, onerosa e a título precário, de uma área de 4.127,35 m, localizada na Av. Paulo Marcondes.

Art. 2.º A Permissão de Uso de Bem Imóvel Público, a Título Precário e Oneroso, objeto do presente Decreto, será dada a título excepcional, por prazo indeterminado em caráter oneroso e intransfêrvel.

§ 1º O Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Poderá ser rescindido a qualquer momento, por iniciativa da Permitente, quando constatado:

I - Que a Permissionária promoveu a cessão ou transferência do imóvel a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e escrita autorização da Permitente;

II - Quando constatado que a Permissionária tenha agido com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução desta Permissão;

III - Se a Permissionária deixar de existir, ou vier a ocorrer sua fusão com outra entidade;

IV - Se verificado o descumprimento de quaisquer das cláusulas deste decreto.

§ 3º Poderá ainda a Permitente, quando o interesse público assim o exigir, modificar ou revogar unilateralmente o Termo de Permissão de Uso.

Art. 3º Poderá a Permissionária, mediante autorização prévia e escrita da Permitente, realizar no imóvel, às suas expensas exclusivas, as adaptações necessárias para o funcionamento e desenvolvimento das suas atividades, respeitando regulamento local, as normas de edificações, segurança, higiene, salubridade e ambientais.

Parágrafo único. As benfeitorias, ainda que necessárias, bem como aquelas resultantes das adaptações realizadas pela Permissionária no imóvel, exceto bens não incorporáveis a bens imóveis, passarão a integrar o patrimônio da Permitente, não gerando direito à retenção ou indenização por parte da Permissionária, ao final do período de permissão, ou quando da sua desocupação.

Art. 4º São responsabilidades da Permissionária:

I - A Permissionária assume total responsabilidade pelo espaço, comprometendo-se a mantê-lo em perfeitas condições de conservação e a ressarcir a Permitente, por eventuais prejuízos materiais causados ao imóvel, decorrentes de eventual uso inadequado, ou qualquer outro sinistro que possam vir a ocorrer em função da atividade desenvolvida;

II - Não permitir que terceiros se apossom do imóvel, dando imediato conhecimento a Permitente de qualquer turbação de posse que se verifique, sendo responsável por sua desocupação;

III - Obter, às suas expensas, todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias para a realização de suas atividades, responsabilizando-se legalmente, para todos os fins, por qualquer uso indevido do imóvel;

IV - Será da Permissionária a responsabilidade por todos os encargos e custos para atendimento de normas de segurança, ambientais, trabalhistas, previdenciárias, autorais e outras pertinentes ao uso do imóvel, bem como todos os ônus tributários, civis e administrativos inerentes ao seu uso;

V - Serão da Permissionária todas as responsabilidades civis, trabalhistas e previdenciárias decorrentes dos contratos de trabalho, relativas às atividades desenvolvidas no imóvel;

VI - A Permissionária deverá responder por eventuais danos morais ou materiais, que possam ser causados a terceiros, resultantes da utilização do espaço objeto deste decreto, bem como por ação ou omissão de seus representantes, empregados ou prepostos, mesmo que decorrentes de atividades desvinculadas das razões da ocupação;

VII - Caberá a Permissionária responsabilizar-se pela segurança, limpeza e conservação do espaço ora cedido, devendo providenciar, às suas expensas, as manutenções necessárias, bem como, deverá zelar pelas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias das dependências cedidas;

VIII - A Permissionária deverá permitir a fiscalização e vistoria do imóvel, pela Permitente, quando este julgar necessário;

IX - Será da Permissionária a responsabilidade por todos os tributos, encargos e emolumentos, decorrentes da atividade desenvolvida, obrigando-se a arcar com as sanções aplicáveis em vista de eventual inadimplemento das obrigações legais, inclusive em caso de equívoco ou de má fé.

Art. 5.º A Procuradoria Geral do Município deverá providenciar a lavratura do Termo de Permissão para os devidos efeitos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.613, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professora Nívea Leni Marcondes Pavan Alves, localizada na Rua Das Palmeiras nº 1.210 – Alto Do Ipê, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº, 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

a) Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

b) Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

d) Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;

e) Complementação Educacional Regular;

f) Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.615, de 07 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;

Art. 1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Professora Rosilene Montanher de Oliveira Pantaleão, localizada na Rua Itapura nº 1.690 – Jardim São Jorge, sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Jales, que adotará as providências necessárias ao seu funcionamento.

Art. 2º. A escola de que trata o artigo anterior, terá como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação desta Municipalidade, e seu objetivo será o de manter a Educação Infantil que atenda as exigências da educação brasileira, segundo as normas legais emanadas dos Órgãos Competentes, em especial a Lei nº, 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº. 20/2009 (Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil), aprovado em 11/11/2009 e Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Art. 3º. A escola fica autorizada a atuar nas seguintes modalidades de ensino:

a) Educação Infantil Integral de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

b) Educação Infantil Parcial de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias (creche);

c) Educação Infantil Integral de 4 e 5 - Pré-escola;

d) Educação Infantil Parcial de 4 e 5 - Pré-escola;

e) Complementação Educacional Regular;

f) Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 4º. A escola disporá de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.621, de 08 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.505, de 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 517,642,94 (quinhentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quatro centavos), destinado à suplementação de dotações orçamentárias para obras e instalações da Secretaria de Esportes e Juventude, repasse ao Lar dos Velhinhos e PRODESP.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2046.1330			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	428	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 150.000,00
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	860	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 187.642,94
02	12	01	SECRETARIA MUN DE COMUNICACAO SOCIAL		
04.131.0004.2040.0000			DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E SOCIAIS		
Ficha	879	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 180.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – RS 517.642,94 (quinhentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
99.999.9999.9999.0000			RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA		
Ficha	190	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Fonte	01 -187.642,94
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.122.0007.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	332	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -50.000,00
08.244.0007.1001.1311			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	339	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -1.000,00
08.244.0007.1001.1311			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	341	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 -5.000,00
08.244.0007.1001.1321			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	345	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 -1.000,00
08.244.0007.1001.1322			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	347	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -1.000,00
08.244.0007.1001.1322			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	349	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 -5.000,00
08.244.0007.2021.1322			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA		
Ficha	405	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01 -1.000,00
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2023.0000			BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
Ficha	1069	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte	01 -81.000,00
02	12	01	SECRETARIA MUN DE COMUNICACAO SOCIAL		

04.131.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	886	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -180.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOs

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.622, de 08 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.506, de 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 3.917.013,57 (três milhões, novecentos e dezessete mil e treze reais e cinquenta e sete centavos), destinado a abertura de dotação orçamentária para atendimento de custeio e investimentos da Atenção Primária em Saúde, Fundo de Manutenção Esportivo, reforma do Ginásio Poliesportivo, construção de academia ao ar livre, reforma do Ginásio Vera Lúcia, construção de Pista de Skate, dotações da Secretaria de Mobil. Urbana e Seg. Pública, devolução de saldos de convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social e saldo de emenda parlamentar federal da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2021.0000			PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA		
Ficha	974	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92 3.386,30
08.244.0007.2046.1330			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	1011	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	95 52.605,22
08.244.0007.2046.1310			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	1012	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	95 101.876,47
08.244.0007.2046.1320			TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha	1015	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	95 157.696,07
08.244.0007.2023.0000			BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
Ficha	1017	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92 1.830,71
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)		
Ficha	1013	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	92 1.100.000,00
10.301.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)		
Ficha	1014	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	92 200.000,00
10.301.0010.1002.0000			ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)		
Ficha	1016	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	92 100.000,00
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	1018	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02 300.000,00
27.812.0021.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	1019	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02 300.000,00
27.812.0021.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	1020	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	02 50.000,00
27.812.0021.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	1021	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	02 1.259.618,80
02	11	05	FUNDO DE MANUTENÇÃO ESPORTIVO		
27.812.0021.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1024	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 5.000,00
27.812.0021.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1025	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 5.000,00
02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL. URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA-SMMUSP		
15.451.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1022	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 240.000,00
15.451.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1023	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 40.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- RS 1.717.394,77 (um milhão, setecentos e dezessete mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

II- RS 1.919.618,80 (um milhão, novecentos e dezenove mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III- RS 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL. URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA-SMMUSP		
15.451.0014.2104.0000			AÇÕES VOLTADAS AS ATIVIDADES DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE		
Ficha	915	33.60.45.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Fonte	01 -280.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOs

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.623, de 08 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.507, de 08 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 12.440.920,78 (doze milhões, quatrocentos e quarenta mil, novecentos e vinte reais e setenta e oito centavos), destinado a abertura de dotação orçamentária para atendimento do convênio nº SAA-PRC-2022/02074 da SMAPAMA, execução do Centro Integrado de Atendimento em Saúde Mental a Criança e ao Adolescente no Município de Jales-SP (CIACA), recursos oriundos do PNAE e QSE (Salário-Educação) para custear a Merenda Escolar e recursos destinados a manutenção da frota, atenção primária, despesas com pessoal, medicamentos, insumos médico-hospitalares da SMS.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

7		1		SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC			
				MEIO AMBIENTE			
18.541.0010.510.010.000		EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS					
Ficha 977 4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		Fonte 92		105.691,77	
2 9 12		APLICAÇÕES COMPLEMENTARES					
12.365.0011.121.060.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHE					
Ficha 982 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		668.379,12	
12.365.0011.121.070.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA					
Ficha 983 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		330.000,00	
12.361.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 984 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		510.000,00	
12.366.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 985 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		8.500,00	
12.367.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 986 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		15.000,00	
12.365.0011.121.060.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHE					
Ficha 987 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		445.000,00	
12.365.0011.121.070.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA					
Ficha 988 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		215.000,00	
12.361.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 989 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		345.000,00	
12.366.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 990 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		6.252,74	
12.367.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 991 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		10.000,00	
12.361.0011.120.450.000		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR					
Ficha 992 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		8.224,61	
2 10 2		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
10.302.0011.021.210.000		CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)					
Ficha 978 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 93		151.096,34	
10.302.0011.021.210.000		CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)					
Ficha 979 3.3.90.36.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		Fonte 93		60.000,00	
2 10 2		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
10.302.0011.021.210.000		CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)					
Ficha 980 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 93		1.051.583,10	
10.302.0011.021.210.000		CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)					
Ficha 981 4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		Fonte 93		554.698,91	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 993 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		1.480.677,26	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 994 3.3.90.34.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCE		Fonte 95		1.500.000,00	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 995 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		200.000,00	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 996 3.3.90.40.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA		Fonte 95		300.000,00	
10.302.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 997 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		300.000,00	
10.302.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 998 3.3.90.34.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCE		Fonte 95		500.000,00	
10.302.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 999 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		1.500.000,00	
10.303.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1000 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		300.000,00	
10.305.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1001 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		100.000,00	
10.305.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1002 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		380.000,00	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1003 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		809.393,62	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1004 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		Fonte 95		50.000,00	
10.302.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1005 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		50.000,00	
10.303.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1006 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		300.000,00	
10.303.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1007 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 95		10.000,00	
10.301.0011.020.360.000		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)					
Ficha 1008 3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO		Fonte 92		176.423,33	

02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.361.0011.2044.0000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Ficha 588	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-30.000,00	
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 607	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-2.000,00	
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 615	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-600,00	
12.365.0011.2113.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA				
Ficha 642	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-15.000,00	
12.365.0011.2113.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA				
Ficha 650	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-200,00	
12.367.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 717	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-3.500,00	
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 718	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-32.100,00	
10.301.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 750	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-39.200,00	
10.302.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 782	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-2.000,00	
10.303.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 805	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-1.000,00	
10.304.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 821	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-500,00	
10.305.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)				
Ficha 834	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-1.000,00	
10.305.0010.2036.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)				
Ficha 848	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-62.700,00	
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 872	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-11.000,00	
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 877	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-8.700,00	
02	12	01	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
04.131.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 886	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-16.000,00	
04.131.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 890	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-16.300,00	
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG		
04.122.0004.2103.0000	APOIO À MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS				
Ficha 897	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-15.000,00	
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 904	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-25.400,00	
02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL. URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA-SMMUSP		
15.451.0014.2104.0000	ACOES VOLTADAS AS ATIVIDADES DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA				
Ficha 915	3.3.60.45.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Fonte 01	-84.000,00	
15.451.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 933	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-500,00	

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 15 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.635, de 15 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.511, de 15 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.458.800,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais), destinado a suplementação de dotações orçamentárias diversas e mobiliário para as escolas da Secretaria de Educação, aquisição de EPI pela Sec. de Administração, dotações diversas da Sec. de Desenvolvimento Social e manutenção de retroscavadeira.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRACAO - SMA		
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 139	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	50.000,00	
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIU		
15.122.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 195	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	25.000,00	
02	09	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2020.0000	PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CRAS)				
Ficha 388	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	27.000,00	
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 471	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	10.000,00	
12.122.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 479	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	62.000,00	
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.364.0011.2120.1161	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 545	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	3.500,00	
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.361.0011.2044.0000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Ficha 586	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	48.300,00	
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 610	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	30.000,00	
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 615	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	355.000,00	
12.364.0011.2044.0000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Ficha 617	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	350.000,00	
12.365.0011.2110.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE				
Ficha 623	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	20.000,00	
12.365.0011.2110.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE				
Ficha 626	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	28.500,00	
12.365.0011.2110.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE				
Ficha 631	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	275.000,00	
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.365.0011.2113.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA				
Ficha 645	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	20.000,00	
12.365.0011.2113.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA				
Ficha 650	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	130.000,00	
12.366.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 700	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	8.500,00	
12.367.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 717	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	16.000,00	

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

1 – R\$ 1.458.800,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRACAO - SMA		
04.122.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 141	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-50.000,00	
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIU		
15.452.0014.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 242	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-25.000,00	
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.122.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 332	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-23.472,84	
08.244.0007.2022.1331	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA				
Ficha 412	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte 01	-3.527,16	
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2003.1130	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL				
Ficha 461	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte 01	-15.000,00	
12.122.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 475	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte 01	-2.600,00	
12.122.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 477	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte 01	-1.000,00	
12.122.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 478	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 01	-1.000,00	
12.361.0011.2002.1130	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO				
Ficha 484	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte 01	-10.000,00	
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.361.0011.2045.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Ficha 523	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-168.000,00	
12.361.0011.2045.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Ficha 526	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-80.000,00	
12.364.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 538	3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	Fonte 01	-350.000,00	
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.365.0011.2106.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHE				
Ficha 546	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-200.000,00	
12.365.0011.2106.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHE				
Ficha 549	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-100.000,00	
12.365.0011.2107.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA				
Ficha 552	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-84.000,00	
12.365.0011.2107.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA				
Ficha 555	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-93.000,00	
12.366.0011.2045.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Ficha 558	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-45.000,00	
12.366.0011.2045.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Ficha 561	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-10.000,00	
12.367.0011.2045.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Ficha 564	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-20.000,00	
12.367.0011.2045.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Ficha 567	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	-30.000,00	
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 607	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 01	-85.000,00	
12.361.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.637, de 15 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.513, de 15 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-S no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adiciona Suplementar, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) destinado a suplementação de dotações orçamentárias para o custeio do Centro Dia do Idoso.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2021.1322	PSE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA				
Ficha 407	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 01	130.000,00	

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

1 – R\$ 130.000,00 de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2023.0000	BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
Ficha 1009	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte 01	-130.000,00	

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 15 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo


Decreto nº 9.640, de 17 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a criação e autorização de funcionamento de Escola Municipal de Educação Infantil e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 382, de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal Complementar nº. 223, de 08 dezembro de 2011, a criação do cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Básica I, altera as atribuições das Escolas de Educação Infantil e dá outras providências;

Considerando a necessidade das Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs (0 a três anos, 11 meses e 29 dias) se constituírem como unidades administrativas próprias;</



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.643, de 23 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre o banco de minutas.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à efetivação de contratações públicas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a complexidade que envolve os novos procedimentos de contratações públicas frente as regras atuais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19, inciso IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETO:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Administração Pública Municipal, o banco de minutas padronizadas de editais, termos de referência, termos de contratos padronizados e demais documentos, com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

Parágrafo único: A existência de minutas padronizadas não é impeditivo da utilização do banco de minutas de padronização do Governo Federal e Estadual, nos termos do inciso IV do artigo 19, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º. Compete a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento formar e manter atualizado o banco de minutas de que trata o artigo 1º.

Art. 3º As minutas padronizadas serão disponibilizadas aos setores competentes para realização dos certames, conforme demanda.

Art. 4º Farão parte do banco de minutas padronizadas, desde que aprovadas pela Assessoria Jurídica e Controle Interno:

I - as produzidas em licitações anteriores, escoimadas do texto cláusulas específicas;

II - as produzidas pela nas licitações que receberam o parecer jurídico de que trata o artigo 53, da Lei14.133, de 1º de abril de 2021.

III- modelos de documentos produzidos pelo Setor de Licitações e Contratos, bem com pelas Secretarias demandantes, como nos casos de Termos de Referência, Projetos Básicos e Executivos, Estudos Técnicos Preliminares, documentos de formalização de demanda, entre outros.


Art. 5º. A existência de minutas padronizadas, não impede a elaboração de minutas específicas para atender situações especiais.

Art. 6º. Eventuais alterações de minutas padronizadas, terão o mesmo tratamento previsto neste decreto.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Valentin Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.644, de 23 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre as hipóteses de dispensa de análise jurídica nas contratações com base na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à efetivação de contratações públicas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a complexidade que envolve os novos procedimentos de contratações públicas frente as regras atuais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 53, § 5º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que permite a dispensa de análise jurídica nas contratações de baixo valor e de baixa complexidade;

DECRETO:

Art. 1º Ficam dispensados de pareceres jurídicos específicos nos processos de contratações com fulcro no artigo 75, incisos I e II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º É dispensável parecer jurídico específico, desde que justificado, nas contratações de baixa complexidade, entrega imediata, serviços prestados em regime de monopólio, desde que com a utilização de minutas padronizadas, bem como contratações urgentes previstas no artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 3º Para efeito do disposto nos artigos 1º e 2º, a Divisão de Compras deverá(o) observar o parecer jurídico referencial emitido por Procurador Municipal.


Art. 4º O disposto neste Decreto não impede análise por amostragem das contratações que se orienta por parecer referencial.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Valentin Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.645, de 23 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre regras e diretrizes para agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à efetivação de contratações públicas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a complexidade que envolve os novos procedimentos de contratações públicas frente as regras atuais;

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do art. 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar política de governança nas contratações e implementar gestão por competências consoante dispõe o novo estatuto licitatório.

DECRETO:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

CAPÍTULO II
DA DESIGNAÇÃO

Agente de contratação

Art. 2º O agente de contratação, pessoa designada pelo Prefeito Municipal, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom

andamento do certame até a homologação, e o respectivo substituto serão designados pelo Prefeito Municipal, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos do disposto no art. 5º e no art. 9º deste Decreto, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O Prefeito Municipal poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

Equipe de apoio

Art. 3º A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pelo Prefeito Municipal, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no art. 25.

Comissão de contratação

Art. 4º Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão designados pelo Prefeito Municipal, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

§ 1º A comissão de que trata o caput será formada por agentes públicos indicados na forma do caput, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, de examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

§ 2º A comissão de que trata o caput será formada por, no mínimo, três membros, e será presidida por um deles.

Art. 5º Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação será composta por, no mínimo, três membros que sejam servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico.

Art. 6º Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 1º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no caput assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.

§ 2º A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Gestores e fiscais de contratos

Art. 7º Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pelo Prefeito Municipal, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no art. 18 e seguintes, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente identificados na indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na designação de que trata o caput, serão considerados:

I - a compatibilidade com as atribuições do cargo;

II - a complexidade da fiscalização;

III - o quantitativo de contratos por agente público; e

IV - a capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 4º Excepcional e motivadamente, a gestão ou fiscalização do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade designado pela autoridade de que trata o caput.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o responsável pelo setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

§ 6º Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao Secretário da pasta contratante, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.

§ 7º Nas licitações que envolvam compras ou serviços centralizados, à cargo da Secretaria Municipal de Planejamento, poderão ser indicados gestores e fiscais setoriais que acompanharão a execução dos contratos, inclusive, seus limites quantitativos e qualitativos na qualidade de fiscais administrativos, no âmbito de cada Secretaria, sem prejuízo das outras atribuições previstas neste Decreto.

Art. 8º Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 25.

Requisitos para a designação

Art. 9º. O agente público designado para o cumprimento do disposto neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública;

II – ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e

III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Para fins do disposto no inciso III do caput, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação de que trata o inciso III do caput incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

§ 3º Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.

§ 4º Para cumprimento do requisito previsto no inciso II do caput, cabe aos Secretários Municipais providenciar dentro de suas respectivas pastas, a capacitação dos servidores que atuarão na incumbência das compras e aquisições, bem como para que haja pessoal apto para o exercício das funções de gestão de contratos, fiscalização e apoio.

Art. 10. O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.

§ 1º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 3º do art. 7º.

Princípio da segregação das funções

Art. 11. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

Vedações

Art. 12. O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO III
DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Atuação do agente de contratação

Art. 13. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação, caso exista, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 3º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço.

§ 4º Observado o disposto no art. 9 deste Decreto, o agente de contratação poderá delegar as competências de que tratam os incisos I e II do caput, desde que seja devidamente justificado e que não incidam as vedações previstas na Lei.

§ 5º O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo, sob pena de responsabilidade em caso de prejuízo.

Art. 14. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

§ 1º O auxílio de que trata o caput se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo do procedimental.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dívida jurídica a ser dirimida.

§ 3º Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas, e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações.

§ 4º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, devendo a decisão ser motivada de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Atuação da equipe de apoio

Art. 15. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 14.

Funcionamento da comissão de contratação

Art. 16. Caberá à comissão de contratação:

I - substituir o agente de contratação, observado o disposto no artigo 13, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 1º do art. 2º e no art. 9º;

II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 13;

III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do caput, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 17. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 14.

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 18. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

II - fiscalização técnica - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

III - fiscalização administrativa - o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e

IV – fiscalização setorial - o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

§ 1º As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.

§ 2º A distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

§ 3º Para fins da fiscalização setorial de que trata o inciso IV do caput, o Prefeito municipal poderá designar, preferencialmente com indicação do Secretário da respectiva pasta, representantes para atuarem como fiscais setoriais nos locais de execução do contrato.

Art. 19. Compete ao gestor e aos fiscais de contrato conhecer as normas e regulamentações incidentes nas contratações.

Gestor de contrato

Art. 20. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 18;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 18;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização continua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§ 1º. A designação como Gestor de contrato recairá, preferencialmente, sobre o respectivo Secretário da pasta responsável pelo objeto da contratação.
§ 2º. No caso de obras públicas, a gestão do contrato caberá ao Secretário responsável pelas execuções, fiscalização e acompanhamento das obras públicas municipais.

§ 3º. No caso de contratações consolidadas no plano de contratação anual, que vise atender a necessidade de mais de uma Secretaria, a gestão contrato será de competência do Secretário responsável pela unidade consolidadora, sem prejuízo da possibilidade de indicação de gestores e fiscais setoriais conforme a complexidade da demanda.

Fiscal técnico

Art. 21. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 20;
IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 20;

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

XI – no caso de obras públicas, fiscalizar, acompanhar, e atestar a conformidade das medições previamente ao pagamento;

Fiscal administrativo

Art. 22. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em atos e regulamentos;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 20;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 20; e

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Fiscal setorial

Art. 23. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 21 e o art. 22.

Recebimento provisório e definitivo

Art. 24. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico, administrativo ou setorial e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

Terceiros contratados

Art. 25. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto neste Decreto, será observado o seguinte:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno

Art. 26. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setoriais serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato, conforme o disposto no art. 14.

Decisões sobre a execução dos contratos

Art. 27. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o caput serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pelo Prefeito municipal, nos limites de suas competências.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 28. A designação do agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, se dará por meio de Portaria.

§1º. A atuação em cada processo individualmente será determinada por simples Despacho do Prefeito Municipal.

Vigência


Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.646, de 23 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre a dispensa de licitação de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica no âmbito da Administração Pública Municipal.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à efetivação de contratações públicas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que as contratações eletrônicas dependem dos sistemas em funcionamento e suas integrações com o Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos dos artigos 54 e 94, da referida lei;

CONSIDERANDO a possibilidade de contratações diretas presenciais, especialmente enquanto estiver em processo de implantação as eletrônicas;

DECRETO:

Art. 1º O Sistema de Dispensa Eletrônica para fins do artigo 75, inciso I e II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será realizado por meio de plataforma que permita integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§ 1º Enquanto não operacionalizado o sistema de que trata o caput deste artigo, as dispensas serão presenciais, sem prejuízo do disposto no artigo 94, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com utilização dos meios de pesquisas diretas junto a potenciais fornecedores.

Art. 2º O Sistema de Dispensa Eletrônica, será utilizado nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oitto mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 3º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Art. 3º O procedimento de dispensa de licitação será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, nos termos de regulamentado por Decreto específico, que dispõe sobre procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e

VIII - autorização do Prefeito, salvo delegação.

§ 1º O processo de contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Poder Executivo.

§ 2º A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

§ 3º Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 2º, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Art. 4º São informações básicas do processo de dispensa com base nos limites referidos nos incisos I e II do artigo 75, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;

II - as quantidades e o preço estimado ou máximo de cada item;

III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;

IV - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

V - as condições da contratação;

§ 1º. No caso dos incisos I e II do art. 75, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando dispensa se der por processamento eletrônico, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta na plataforma eletrônica.

§ 2º. No caso dos incisos I e II do art. 75, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando dispensa se der por processamento presencial, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta no sítio eletrônico da Administração Municipal.

Art. 5º O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar em campo próprio do Sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e

VI – outras exigências previstas em Lei e constante do sistema.

Parágrafo Único: Quando das contratações presenciais com base nos incisos I e II do artigo 75, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, as propostas serão apresentadas por e-mail no sítio oficial e na forma presencial.

Art. 6º Quando do cadastramento da proposta no sistema eletrônico, o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo Sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

§ 1º O valor final mínimo de que trata o caput poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no Sistema.

§ 2º O valor mínimo parametrizado na forma do caput possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme disposto no sistema.

Art. 7º. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 8º. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 6 (seis) horas ou de no máximo de 10 (dez) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. Imediatamente após o encerramento do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

Art. 9. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 1º Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

§ 2º O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Art. 10. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Art. 11. Quando das dispensas presenciais, os procedimentos serão adequados à respectiva forma, observado o seguinte no caso de contratações diretas em razão do valor:

I- demonstração de valor estimado nos autos do processo;

II - divulgação no sítio oficial do órgão e, se houver integração, no Plano Nacional de Compras Públicas nos termos do § 3º do artigo 75, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para fins de receber eventuais propostas de interessados, ou no sítio oficial quando das contratações presenciais;

III - propostas colhidas em três fornecedores quando das contratações presenciais, sempre que possível.

§ 1º. A não observação da regra do §3º, do art. 75, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 quanto à divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com vistas a obter propostas adicionais de eventuais interessados, deverá ser devidamente justificada no processo.

§ 2º. A adequação de forma mencionada no caput, pode ser realizada a fim de buscar a viabilidade de competição frente à realidade do mercado local, sendo, por exemplo, aceito oferta de preços por e-mail.

Art. 12. O fornecedor será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

Art. 13. Encerrado o procedimento de envio de lances, far-se-á verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Art. 14. Definido o resultado do julgamento, a Divisão de Compras poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, quando a sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

Parágrafo único. Concluída a negociação, se couber, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 15. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

Art. 16. No caso de contratação de serviços em que o procedimento exija apresentação de planilha de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Art. 17. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, adequado segundo a natureza do objeto.

§ 1º A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada no Registro Cadastral do Poder Executivo ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 2º O disposto no § 1º deve constar expressamente do aviso de contratação direta.

Art. 18. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas como prova da regularidade fiscal:

I - a prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional;
II - a regularidade perante a Seguridade Social e ao FGTS;
III - regularidade perante a Justiça do Trabalho, e
IV - das pessoas físicas, além das anteriores no que for compatível, a quitação com a Fazenda Federal.
§ 1 ° O estipulado nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderá facultativamente ser observado nas compras e aquisições realizadas com fulcro nos incisos I e II do Art. 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021
Art. 19. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
§ 1º No caso do procedimento de que trata o caput restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:
I - republicar o procedimento;
II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou
III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível.
Art. 20. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 21. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do eventual cancelamento da nota de empenho ou do instrumento contratual.
Art. 22. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
Art. 23. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
Art. 24. Nos casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão observados, no que couber, os regulamentos editados pela União e pelo estado de São Paulo.
Art. 25. Este Decreto entrará em vigor na data de publicação.
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.
<div>LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA</div> <div>Prefeito do Município</div>
Registrado e Publicado:
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div>
--

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art.9º. É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

§ 1º O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 2º O percentual de que trata o § 1º deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço.

Art. 10. Desde que justificado, o orçamento estimado e/ou máximo da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, tornando-se público apenas e imediatamente após a fase de negociação de propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 11. No caso de contratação diretas com base no artigo 75, incisos I e II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, as pesquisas entre fornecedores poderão ser colhidas como propostas, desde que haja um parâmetro de balizamento com o disposto em um dos demais incisos do artigo 5º deste Decreto, devendo a ausência deste balizamento ser devidamente justificada, sob responsabilidade do signatário.

Vigência

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.649, de 23 de fevereiro de 2023.

Dispõe sobre utilização de regulamentos editados pela União e pelo Estado de São Paulo no âmbito das contratações públicas realizadas pelo Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à efetivação de contratações públicas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a complexidade que envolve os novos procedimentos de contratações públicas frente as regras atuais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 187, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que permite a utilização dos regulamentos editados pela União a Municípios voltados à fiel execução dos seus comandos;

DECRETO:

Art. 1º Aplicam-se às contratações públicas no âmbito municipal, os regulamentos da União e do Estado de São Paulo, relativos à Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, e naquilo que não for objeto de regulamentação específica em âmbito local.

Parágrafo único: quando as contratações forem financiadas por transferências voluntárias de outras entidades de direito público, deverão ser observadas as regras contidas em seus regulamentos, inclusive quanto a pesquisa de preços.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.650, de 23 de fevereiro de 2023.

Institui a Política de Segurança da Informação no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales - SP, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando a necessidade de instituir a Política de Segurança da Informação no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

DECRETO:

Art. 1º Fica instituída a Política de Segurança da Informação no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, constante do Anexo Único deste Decreto, cujo objetivo é assegurar que seus ativos, possuídos ou custodiados, sejam utilizados e protegidos de forma a garantir sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, de acordo com a legislação.

Parágrafo único. No cumprimento deste Decreto, observar-se-ão a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), regulamentações e demais normativas municipais.

2º Eventuais omissões serão decididas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 1º A política de segurança da informação tem por objetivo prover orientação, direção e apoio para a segurança da informação, de acordo com a legislação aplicável, dentre elas:

I - Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

II - Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 (Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança - Código de Prática para controles de segurança da informação).

Art. 2º A política de segurança de informação é destinada aos membros, servidores, empregados, estagiários e terceirizados que exercem atividade no Município de Jales.

Art. 3º São diretrizes da política de segurança da informação:

I - assegurar que toda informação coletada, gerada, adquirida, utilizada, em trânsito e armazenada, própria, pessoal ou custodiada, por meio de tecnologias, procedimentos, pessoas e ambientes do Município de Jales, seja tratada como parte do seu patrimônio e protegida quanto aos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como de proteção de dados pessoais, privacidade e conformidade legal;

II - assegurar a sua aplicação aos ambientes, sistemas, pessoas e processos do Município de Jales, tanto no meio digital, quanto nos meios analógicos de processamento, comunicação e armazenamento de informações;

III - estabelecer medidas de segurança pelo valor do ativo e em função dos riscos de impacto nas atividades e nos objetivos institucionais do Município de Jales, visando à proteção de dados pessoais, à privacidade e à conformidade legal, considerando o balanceamento de aspectos como tecnologias, austeridade nos gastos, qualidade e velocidade;

IV - considerar o membro, servidor, empregado, estagiário ou terceirizado, registrado no inventário de ativos, como responsável pelos ativos de informação;

V - segregar a administração e a execução de funções conflitantes ou áreas de responsabilidade críticas, visando reduzir os riscos de mau uso, acidental ou deliberado, dos ativos do Município de Jales;

VI - liberar o acesso e uso de ativos por meio de credencial, pessoal e intransferível, qualificando o titular como responsável por todas as atividades desenvolvidas por meio dela, sendo pré-requisito o preenchimento do Termo de Responsabilidade de Uso e Sigilo - TRUS;

VII - assegurar que os acessos sejam controlados e limitados às atribuições necessárias para cumprimento das atividades de membros, servidores, empregados, estagiários e terceirizados autorizados, no estrito interesse do Município de Jales, mediante a devida autorização;

VIII - proteger dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa afetar a privacidade do titular;

IX - assegurar a disponibilidade, o uso, o acesso e a proteção dos ativos que suportam os serviços e processos críticos de trabalho do Município de Jales, por intermédio de ações de administração de crise, prevenção e recuperação, estabelecendo uma estratégia de continuidade de negócio para reduzir a um nível aceitável a possibilidade de interrupção causada por desastres ou falhas;

X - monitorar e auditar periodicamente o cumprimento da Política de Segurança da Informação, pelas áreas competentes, respeitando-se os princípios normativos;

XI - assegurar que membros, servidores, empregados, estagiários e terceirizados sejam conscientizados sobre os procedimentos de proteção e uso correto dos ativos do Município de Jales na realização de suas atividades;

XII - notificar a área responsável pelo tratamento de incidentes, caso o membro, servidor, empregado, estagiário ou terceirizado identifique qualquer quebra ou fragilidade na segurança da informação, enviando um e-mail para ti@jales.sp.gov.br;

XV - recomendar que diretrizes, normas e procedimentos da Política de Segurança da Informação sejam definidos, aprovados, publicados e comunicados aos membros, servidores, empregados, estagiários, e terceiros, observando, ainda, as diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 4º Cada espécie normativa da Política de Segurança da Informação deve ser revista em intervalos planejados, não superiores a 02 (dois) anos, a partir de sua data de publicação, ou em razão das seguintes hipóteses:

I - Edição ou alteração de lei ou regulamento;

II - Mudança estratégica da instituição;

III - Expiração da data de validade do documento;

IV - Mudança de tecnologia na organização;

V - Necessidade em razão da coleta de resultados das análises de risco.

Art. 5º Compete a Divisão de Tecnologia da Informação e ao Encarregado da Proteção de Dados Pessoais disposto no Decreto nº 9.430, de 27 de setembro de 2022, as propostas de manutenção e atualização, o monitoramento periódico das normas e a complementação pelos demais instrumentos que compõem a Política de Segurança da Informação no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Art. 6º Compete ao Chefe do Poder Executivo do Município de Jales a aprovação das alterações das normas que compõem a Política de Segurança da Informação, após a manifestação da Divisão de Tecnologia da Informação e ao Encarregado da Proteção de Dados Pessoais disposto no Decreto nº 9.430, de 27 de setembro de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.651, de 23 de fevereiro de 2023.

Regulamenta o uso de rede de computadores, internet e uso de e-mail, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales - SP, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando a necessidade de regulamentação do uso de rede de computadores, internet e uso de e-mail, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

DECRETO:

Art. 1º Fica instituída a regulamentação do uso de rede de computadores, internet e uso de e-mail, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, constante dos Anexos I, II e III deste Decreto, que disciplinará o uso e controle de segurança da rede de computadores e banco de dados e o uso de internet e e-mail no âmbito da Administração Direta, através de normas que deverão ser observadas por todos os membros, servidores, empregados, estagiários e terceirizados, tendo como pressupostos básicos:

Art. 2º São objetivos da regulamentação do uso de rede de computadores:

I - Promover ações para adequação e manutenção da segurança das informações;

II - Promover o uso sustentável dos recursos de informática;

III - Definir padrões para homologação dos recursos e tratamento das informações;

IV - Adotar procedimentos para prevenir e contornar incidentes de segurança;

V - Estabelecer regras gerais para controle de acesso e uso de rede de computadores e banco de dados da Administração Direta.

Art. 3º As chefias ou qualquer servidor que tenham conhecimento de atos praticados pelo usuário, que infringiam a regulamentação de uso de rede de computadores, internet e uso de e-mail e Política de Rede e Segurança da Informação, deverão comunicar, imediatamente por escrito a Divisão de Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Governo.

Art. 4º O servidor que não cumprir o disposto na regulamentação de uso de rede de computadores, internet e uso de e-mail e na Política de Rede e Segurança da Informação, estará

Acesse nosso site:
www.regionalhoje.com.br

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 23 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

POLÍTICA DE USO DE REDE

TÍTULO I

DA POLÍTICA DE USO DE REDE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Uso de Rede tem como objetivo assegurar a integridade dos computadores, rede de dados e informações do Município de Jales, definindo a propriedade das informações e padrões para uso dos recursos e tratamento da informação, bem como adotar procedimentos para prevenir e contornar incidentes de segurança, no âmbito da Administração Direta.

Art. 2º Para efeitos da Política de Uso de Rede ficam estabelecidas as seguintes conceituações:

I - Recursos de rede são todos os sistemas, programas, compartilhamentos de pastas e impressoras disponíveis na rede de comunicação de dados;

II - Acesso remoto é a comunicação entre computadores através de meios compatíveis;

III - Backup é a cópia rotineira dos dados para assegurar a recuperação das informações que, acidentalmente, sejam perdidas ou corrompidas;

IV - Consideram-se usuários todos os servidores municipais, efetivos ou não, estagiários, terceirizados, contratados por entidade não governamental para prestar serviços ao Município e adolescentes aprendizes, a quem seja liberado o acesso aos recursos da rede;

V - Login ou conta de usuário é uma sequência de caracteres, usado para identificar um usuário específico;

VI - Senha é uma sequência de caracteres utilizada para autenticar um usuário;

VII - Uso impróprio da rede é o acesso desautorizado aos seus recursos, incluindo o abuso de privilégios por usuários autorizados;

VIII - Vírus é um tipo de software que tem a capacidade de autorreplicação e de infectar partes do sistema operacional ou de programas de aplicação, causando danos aos dados e/ou aos programas;

IX - Servidor de rede é o equipamento no qual estão armazenados os arquivos dos usuários da rede;

X - Home page é a página base de um site, ou seja, é o ponto de partida para busca de informações em um site;

XI - Link ou vínculo, em uma página de Internet, é um apontador para outra página, site ou arquivo;

XII - Correio eletrônico (e-mail) é um meio de comunicação baseado no envio e recepção de mensagens, através de uma ou mais redes de computadores interligadas;

XIII - Endereço eletrônico (endereço de e-mail) é uma sequência de caracteres que identifica um determinado usuário e seu respectivo provedor na Internet. O envio de uma mensagem para um usuário é feito através de um endereço eletrônico;

XIV - Entende-se por hardware o conjunto de unidades físicas, de componentes, de circuitos integrados, de discos e de mecanismos que compõem um computador, seus periféricos, equipamentos de comunicação ou interligação de computadores, equipamentos de gerenciamento ou qualquer outra forma de equipamento de informática;

XV - Serviços de informática, de qualquer natureza, compreende toda contratação de pessoal para desenvolvimento, adequação, consultoria e manutenção de software e hardware.

CAPÍTULO II

DESCRIÇÃO DA REDE

Art. 3º A rede interna é uma rede metropolitana (MAN - Metropolitan Area Network), envolvendo o prédio sede do Paço Municipal de Jales e os diferentes órgãos da Administração Direta, os quais estão conectados através de diversas tecnologias.

Art. 4º A rede de computadores é composta por todos os recursos disponibilizados: equipamentos, programas e/ou sistemas e informações, assim compreendidos:

I - Computadores e servidores de rede;

II - Equipamentos de comunicação de dados, scanners e impressoras;

III - Sistemas de informações administrativas;

IV - Serviço de correio eletrônico (e-mail);

V - Serviço de acesso à Internet e Intranet;

VI - Publicações eletrônicas.

CAPÍTULO III

LIBERAÇÃO DE ACESSO AOS RECURSOS DA REDE

Art. 5º Cada usuário terá uma conta (login) para acesso à rede.

Art. 6º A criação de conta e a liberação de acesso à rede e aos recursos disponibilizados será feita mediante solicitação por escrito, autorizada pelo secretário municipal ou equiparado e encaminhada à Divisão de Tecnologia da Informação, de acordo com o Anexo III deste Decreto.

Art. 7º O acesso à internet seguirá as normas estabelecidas pela Política de Acesso à Internet e Uso de E-mail.

CAPÍTULO IV

PADRÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Art. 8º As especificações técnicas padrão, para aquisição de equipamentos de informática a serem acrescentados à rede de dados e de softwares a serem instalados, serão definidas e atualizadas pela Divisão de Tecnologia da Informação.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, visando ao bom funcionamento e manutenção dos sistemas integrados, evitando gastos desnecessários e riscos de incompatibilidade dos novos equipamentos e/ou softwares com os já existentes e ainda para facilitar o gerenciamento e manutenção da rede, fica vedada à Administração Direta do Município de Jales toda e qualquer aquisição de software, hardware e serviços de informática de qualquer de natureza, sem prévia análise e parecer da Divisão de Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Governo.

§ 2º Quando algum órgão demandar hardwares e softwares específicos, tais como sistemas integrados de gestão contábil, financeiro, arrecadação, pessoal, etc, a Divisão de

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com

Tecnologia da Informação, poderá especificar apenas os parâmetros básicos de integração, devendo o órgão demandante especificar os requisitos e exigências técnicas das áreas a serem atendidas.

Art. 9º Antes da abertura do processo de aquisição e/ou contratação, o pedido deverá ser encaminhado à Divisão de Tecnologia da Informação, que realizará uma avaliação técnica, visando à padronização e à compatibilidade dos equipamentos de informática e softwares do Município de Jales.

Art. 10. Para os efeitos deste Decreto, software recebe a definição dada na Lei Federal nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 11. A Divisão de Tecnologia da Informação, deverá efetuar a análise e emitir parecer dentro do prazo de até sete dias úteis, a contar do protocolo de recebimento do pedido de compra.

Art. 12. A Divisão de Tecnologia da Informação, visando à economicidade, deverá buscar alternativas que minimizem os custos de aquisição de softwares, tais como a utilização de softwares gratuitos, desde que atendam às necessidades do usuário.

CAPÍTULO V
PADRÃO PARA INTERLIGAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE

Art. 13. Os equipamentos de informática não poderão ter sua configuração original de hardware (memória, HD, etc) alterada por servidores que não sejam os responsáveis pela Divisão de Tecnologia da Informação.

Art. 14. Nenhum software poderá ser instalado no equipamento, sem prévia autorização, por escrito, da Divisão de Tecnologia da Informação, mesmo que exista licença de uso para o software.

Parágrafo único. A Divisão de Tecnologia da Informação não se responsabilizará ou efetuará manutenção em qualquer software instalado sem prévia autorização.

Art. 15. Não é permitida a utilização de equipamentos eletrônicos particulares ou a utilização por tempo prolongado no ambiente de trabalho, a fim de entreter-se na utilização da internet ou do equipamento, prejudicando o andamento da sua rotina de trabalho, salvo autorização expressa.

CAPÍTULO VI
REGRAS GERAIS PARA ACESSO E USO DA REDE DE COMPUTADORES

Art. 16. Não é permitida a alteração de arquivos de sistema, mesmo que estes não se encontrem protegidos.

Art. 17. A conta de administrador de rede é de acesso exclusivo aos funcionários da administração da rede.

Art. 18. É proibida a retirada de equipamentos de informática sem autorização por escrito das áreas competentes.

Art. 19. Não é permitida a tentativa de quebra de senhas de qualquer usuário dos sistemas de informática, o que constitui falta grave.

Parágrafo único. Tratando-se de uma falta grave, o fato será denunciado ao órgão de controle e gestão de pessoas para providências cabíveis.

Art. 20. O uso dos equipamentos de informática é restrito aos usuários a serviço do Município de Jales.

TÍTULO II
DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I
DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES

Art. 21. Toda informação armazenada na rede de computadores na Administração Direta pertence exclusivamente ao Município de Jales, sendo proibida a transmissão eletrônica ou sua retirada, sem prévia aprovação do órgão responsável por elas.

Art. 22. Os recursos e informações disponíveis na rede de dados são tratados como públicos ou privados, assim entendidos:

I - Públicos: são os recursos e informações que podem ser acessados por todos os usuários da rede;

II - Privados: são os recursos e informações que somente podem ser acessados por usuários ou grupos de usuários com direito de acesso a estes recursos.

CAPÍTULO II
DO ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES NA REDE

Art. 23. Não poderão ser armazenados na rede arquivos de imagem, som, figuras, fotos, vídeo e aplicativos multimídia que não sejam relacionados ao serviço.

Art. 24. Não há restrição para tamanho e tempo de permanência de arquivos gravados pelo usuário na rede, no entanto, todos os órgãos estarão compartilhando espaço nos servidores.

Parágrafo único. A pasta público ou similar é para troca de arquivos e será apagada mensalmente pela Divisão de Tecnologia da Informação.

Art. 25. Os arquivos importantes podem ser gravados com senha de proteção, sendo de responsabilidade exclusiva do usuário sua utilização e cuidado.

Art. 26. Os arquivos deverão ser organizados em pastas identificadas, de fácil localização.

Art. 27. O usuário deverá armazenar em disco apenas os arquivos necessários e constantemente fazer análise do conteúdo, descartando-os sob sua responsabilidade, quando possível.

CAPÍTULO III
PADRÃO DA PÁGINA DA WEB

Art. 28. Todos os sites que representam o Município de Jales ou quaisquer de seus órgãos são responsabilidade da área de comunicação, no que couber, e devem seguir os padrões estabelecidos pelo órgão responsável.

TÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I
RESPONSABILIDADE DOS USUÁRIOS

Art. 29. O usuário é responsável pela segurança da senha de acesso à rede, que é nominal e intransferível.

§ 1º A utilização da senha por terceiros não exime o titular de responsabilidade funcional, na hipótese de danos causados ao sistema e ao Município de Jales.

§ 2º O usuário deverá assinar Termo de Responsabilidade a ser disponibilizado pela Divisão de Tecnologia da Informação.

Art. 30. Após a verificação de perda ou danificação de algum arquivo/pasta de trabalho, o usuário deverá solicitar, o mais rápido possível, a sua recuperação junto à Divisão de Tecnologia da Informação.

Art. 31. Sair do sistema (efetuar logoff) antes de ausentar-se do órgão, para evitar que outras pessoas tenham acesso a seus dados ou utilize os recursos disponíveis da rede.

Art. 32. Cabe à chefia imediata informar sobre a necessidade de cancelamento ou sobre a mudança de tipo de acesso a contas, sempre que o usuário for transferido ou desligar-se do órgão.

Art. 33. Não deixar em diretórios públicos (geral) arquivos com informações importantes ou sigilosas.

CAPÍTULO II
RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DE REDE

Art. 34. Executar verificação periódica de segurança, para garantir que os sistemas sejam protegidos.

Art. 35. Tratar todos os arquivos de usuários como privados e confidenciais.

Art. 36. Executar manutenções, quando necessárias, para garantir a não interrupção dos serviços.

Art. 37. Garantir a aplicação técnica das políticas implantadas.

Art. 38. Monitoração das atividades, dentro do domínio, como acesso aos recursos de rede e internet, limitando ou negando acesso a estes recursos, baseado nas políticas de uso

de rede, internet e e-mail.

TÍTULO IV
PROCEDIMENTO NA IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVOS IMPRÓPRIOS NA REDE

Art. 39. Os administradores de rede, a fim de controlar as áreas de disco e para dar cumprimento à esta política, poderão monitorar os arquivos da rede e máquinas locais.

Art. 40. Identificado algum arquivo com nome, tipo ou extensão suspeitos, será solicitada autorização ao usuário/titular para que os administradores de rede possam abrir o arquivo e verificar o conteúdo.

Parágrafo único. Caso o usuário/titular não autorize a verificação do conteúdo do arquivo, será encaminhado relatório a área competente para a abertura de sindicância.

ANEXO II
POLÍTICA DE ACESSO À INTERNET E USO DE E-MAIL

TÍTULO I
DA POLÍTICA DE ACESSO À INTERNET E USO DE E-MAIL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Acesso à Internet e Uso de E-mail tem como objetivo promover o controle e a correta utilização dos recursos fornecidos pela rede mundial de computadores e serviço de correio eletrônico, no âmbito da rede corporativa de dados da Administração Direta, que deverão estar em conformidade com as regras adiante estabelecidas.

Art. 2º Para os efeitos desta Política adota-se como definição de usuário o constante no inciso IV do artigo 2º do Anexo I deste Decreto e que possua acesso à Internet ou utilize o serviço de correio eletrônico.

Art. 3º Correio eletrônico é a comunicação eletrônica privada entre um remetente e um ou mais destinatários, disponibilizada através de uma conta de e-mail, aberta em nome do usuário.

TÍTULO II
DO ACESSO À INTERNET

CAPÍTULO I
REGRAS PARA ACESSO À INTERNET

SEÇÃO I
DA LIBERAÇÃO DE ACESSO

Art. 4º A liberação de acesso à internet para o usuário será feita mediante solicitação por escrito, autorizada pelo secretário municipal ou equiparado e encaminhada à Divisão de Tecnologia da Informação, de acordo com o Anexo III deste Decreto.

Art. 5º Uma vez concedido o acesso à Internet, a chefia imediata deverá ter conhecimento e estar de acordo com as atividades a serem desenvolvidas pelo subordinado, durante o período de acesso à internet.

SEÇÃO II
DA UTILIZAÇÃO DA SENHA DE ACESSO À INTERNET

Art. 6º A senha de acesso à internet atribuída pelo usuário é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. A utilização da senha por terceiros não eximirá o usuário/titular de responsabilidade funcional, na hipótese de ser empregada para fins alheios aos interesses do serviço público.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES E PROIBIÇÕES NO ACESSO À INTERNET

SEÇÃO I
DOS DEVERES DO USUÁRIO NO ACESSO À INTERNET

Art. 7º São deveres do usuário:

I - Manter sob sigilo as informações que tiver sobre acessos, via internet e de bancos de dados do Município de Jales;

II - Zelar pelo correto uso da internet;

III - Fechar o programa de navegação (browser), quando não estiver mais utilizando a internet;

IV - Utilizar o acesso à internet dentro dos horários estabelecidos, para auxiliar no desenvolvimento do trabalho exercido.

SEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES NO ACESSO À INTERNET

Art. 8º É vedado ao usuário:

I - Compartilhar sua senha de acesso à internet;

II - Acessar sites que não atendam aos interesses do Município de Jales, como sites que contenham material pornográfico, sites de jogos, bate-papos e outros similares, bem como utilizar-se de quaisquer programas que acessem a internet e que também não atendam aos interesses do Município de Jales;

III - Molestar, ameaçar, difamar, caluniar ou utilizar-se de qualquer outra forma, através da internet, para causar dano a uma pessoa ou grupo de pessoas, de maneira direta ou indireta;

IV - Interromper ou atrapalhar as atividades de terceiros, incluindo a monitoração não autorizada da comunicação eletrônica;

V - Administrar negócios, usando a página Web para publicar ou vender serviço ou colocar anúncio em um grupo de notícias;

VI - Baixar arquivos e programas desconhecidos (“download”), uma vez que arquivos compactados (“zipados”) e executáveis (.exe) podem conter vírus e trojans, que são programas ocultos dentro de outros programas;

VII - Utilizar-se de meios eletrônicos para propósitos que sejam ilegais ou contra os interesses do Município de Jales;

VIII - Solicitar serviços, via internet, visando ao lucro pessoal e para uso particular;

IX - Utilizar os recursos ou as facilidades computacionais do Município de Jales para transferências eletrônicas, de interesse próprio e de terceiros;

X - Entreter-se, por tempo prolongado, na utilização da internet, prejudicando o andamento da sua rotina de trabalho.

TÍTULO III
DO USO DO E-MAIL

CAPÍTULO I
REGRAS PARA USO DO CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)

SEÇÃO I
DA ABERTURA DE CONTA DE E-MAIL

Art. 9º A conta de e-mail será criada mediante solicitação por escrito, autorizada

pelo secretário municipal ou equiparado e encaminhada à Divisão de Tecnologia da Informação, de acordo com o Anexo III deste Decreto.

§ 1º O Município de Jales poderá firmar instrumento de contratação de disponibilização de caixas e gerenciamento de contas de e-mail com entidades, órgãos ou empresas visando a prestação deste serviço.

§ 2º A criação de contas de e-mail será realizada somente quando houver disponibilidade técnica e contratual.

SEÇÃO II
DA UTILIZAÇÃO DA SENHA DE CONTA DE E-MAIL

Art. 10. A senha de acesso à conta de e-mail atribuída pelo usuário é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. O usuário é individualmente responsável pelo conteúdo de suas transmissões enviadas através de correio eletrônico.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES NO USO DE E-MAIL

SEÇÃO I
DOS DEVERES

Art. 11. São deveres do usuário:

I - Zelar pelo correto uso do serviço de correio eletrônico;

II - Não utilizar o serviço de Correio Eletrônico (e-mail) para fins ilegais;

III - Respeitar todo regulamento, políticas e procedimentos a que estão sujeitas as redes conectadas ao serviço de e-mail.

SEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 12. É vedado ao usuário:

I - Compartilhar sua senha de acesso à conta de e-mail;

II - Enviar e receber e-mail com anexos que não atendam aos interesses do Município de Jales, como links e sites que contenham material pornográfico, jogos e conteúdos similares;

III - Utilizar-se do serviço de correio eletrônico para molestar, discriminar, ameaçar, difamar, caluniar ou utilizar-se de qualquer outra forma para causar dano a pessoa ou grupo de pessoas, de maneira direta ou indireta;

IV - Representar outras pessoas, no envio de mensagem;

V - Utilizar-se do e-mail para desenvolver ou administrar qualquer atividade comercial, incluindo propaganda pessoal;

VI - Enviar e-mails anônimos;

VII - Utilizar o correio eletrônico (e-mail) para enviar chain letters (cartas correntes), spamming (propagandas enviadas com múltiplas cópias para usuários que não escolheram recebê-las), ou qualquer uso de listas de distribuição para pessoas que não tiverem dado permissão para serem incluídas em tal processo;

VIII - Entreter-se por tempo prolongado na utilização do correio eletrônico (e-mail), prejudicando o andamento da sua rotina de trabalho.

SEÇÃO III
DAS RESPONSABILIDADES NO USO DO CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)

Art. 13. O conteúdo e a manutenção da caixa de correio eletrônico são de responsabilidade do usuário, que deverá:

I - Consultar a sua caixa de correio eletrônico periodicamente;

II - Evitar abrir mensagens cujo remetente seja desconhecido, impedindo eventuais ataques de vírus de computador;

III - Encaminhar mensagens preferencialmente com o assunto;

IV - Procurar ser o mais objetivo possível, ao encaminhar uma mensagem;

V - Responder, o mais breve possível, o e-mail recebido;

VI - Eliminar, imediatamente, qualquer mensagem que contenha arquivos executáveis, principalmente dos tipos (VBS, EXE, COM, PIF, SCR, JS, BAT), mesmo que o remetente seja conhecido.

CAPÍTULO III
DAS CONTAS DE E-MAIL DAS SECRETARIAS

Art. 14. Cada Secretaria, e a pedido do secretário, suas respectivas áreas, terão uma conta de e-mail, que será gerenciada por servidores indicados pelo órgão.

Parágrafo único. Cabe aos servidores indicados administrar a conta de e-mail sob sua responsabilidade, recebendo e respondendo os e-mails, observadas as disposições gerais estabelecidas no presente Decreto.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO ÚNICO
DO CONTROLE DE ACESSO

Art. 15. O Controle de Acesso será realizado através de software para monitoração do sistema, garantindo o cumprimento desta Política, identificando o usuário, registrando os acessos à Internet e bloqueando, quando necessário, os acessos indevidos.

Art. 16. Caberá à Divisão de Tecnologia da Informação, realizar o Controle de Acesso.

Art. 17. O servidor estará sujeito a sanções, em caso de não cumprimento desta Política, da seguinte forma:

I - Na primeira transgressão à Política de Acesso à Internet e Uso de E-mail a chefia de Tecnologia da Informação, contendo o relatório de acesso;

II - Na segunda transgressão, o usuário terá seu acesso à internet ou a conta de e-mail bloqueada por tempo indeterminado e a chefia imediata será novamente comunicada;

III - Na terceira transgressão, a permissão de acesso à internet ou a conta do e-mail será bloqueada e o fato comunicado ao órgão de gestão e controle de pessoal para as devidas providências.

Art. 18. Para que o usuário tenha novamente o acesso à internet e conta de e-mail, será necessária autorização por escrito do Secretário da pasta.

Parágrafo único. Após o recebimento da autorização do Secretário da pasta, a Divisão de Tecnologia da Informação emitirá o parecer quanto a liberação com a ciência do usuário.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO E SIGILO - TRUS

NOME: _____
MATRÍCULA: _____
RG: _____ CPF: _____
CARGO/FUNÇÃO: _____
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: _____
LOCAL DE TRABALHO: _____
CHEFE IMEDIATO: _____
SECRETÁRIO RESPONSÁVEL: _____

Declaro haver solicitado acesso à rede corporativa, computadores, internet e/ou utilização de e-mail corporativo e me comprometendo a:

- Acessar a rede corporativa, computadores, Internet e/ou utilização de e-mail co-
porativo, somente com autorização (usuário/senha), por necessidade de serviço ou por deter-
minação expressa de superior hierárquico, realizando as tarefas e operações em estrita obser-
vância aos procedimentos, normas e disposições;
- Não revelar, fora do âmbito profissional, fato ou informação de qualquer natu-
reza de que tenha conhecimento por força de minhas atribuições, salvo em decorrência de de-
cisão competente na esfera legal ou judicial;
- Manter a necessária cautela quando da exibição de dados em tela, impressora ou
na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas
não autorizadas;
- Não me ausentar da estação de trabalho sem encerrar a sessão de uso do navega-
dor (browser), sem bloquear estação de trabalho, bem como encerrar a seção do e-mail corpo-
rativo, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por terceiros;
- Não revelar minha senha de acesso à rede corporativa, computadores, Internet
e/ou de minha caixa postal (e-mail) coorporativo a ninguém e tomar o máximo de cuidado para
que ela permaneça somente de meu conhecimento;
- Alterar minha senha, sempre que obrigatório ou que tenha suspeição de desco-
berta por terceiros, não usando combinações simples que possam ser facilmente descobertas;
- Respeitar as normas de segurança e restrições de sistema impostas pelos sistemas
de segurança implantados.
- Responder, em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões
de minha parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de
minha senha ou das transações a que tenha acesso.

Declaro, ainda, estar plenamente esclarecido e consciente que:

- Não é permitida a navegação aos sites pertencentes às categorias abaixo:
 - Veículos, incitem ou estimulem a conteúdos pornográficos, de caráter sexual,
pornografia infantil e/ou pedofilia;
 - Compartilhamento de arquivos (ex.: *Peer To Peer, Bit Torrent, eMule*, etc);
 - Apologia ao terrorismo;
 - Apologia às drogas;
 - Crackers;
 - Relacionamentos (*Orkut, Gazzag, Facebook, Instagram*, etc);
 - Incitem a prática de atos discriminatórios e/ou violentos, seja em razão de sexo,
raça, religião, crença, idade, ideologia ou qualquer outra condição;
 - Violação de direito autoral (pirataria, etc);
 - Áudio e vídeo, salvo com conteúdo relacionado diretamente às atividades admi-
nistrativas ou profissionais da função exercida pelo servidor;
 - Instant Messenger*;
 - Conteúdo impróprio, ofensivo, ilegal, discriminatório e similares;
 - Violem a lei ou não sejam autorizados;
 - Ofendam os direitos à honra, à vida privada, à imagem, à intimidade pessoal e
familiar de quem quer que seja, assim como a propriedade intelectual;
 - Estimulem a prática de condutas contrárias à moral e aos bons costumes;
 - Coloquem à disposição ou possibilitem o acesso às mensagens, produtos ou ser-
viços ilícitos, inapropriados, difamatórios, violentos, obscenos e pornográficos;
 - Induzam ou incitem práticas perigosas, de risco ou nocivas para a saúde e para
o equilíbrio psíquico;
 - Sejam falsos, ambíguos, inexactos, exagerados ou extemporâneos, de forma que
possam induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicador;
 - Violem o sigilo das comunicações;
 - Constituam publicidade ilícita, enganosa ou desleal, em geral, que configurem
concorrência desleal e/ou denominados "*spam-mails*";
 - Compras e aquisições de produtos, serviços e/ou *e-commerces*;
 - Incorporem vírus ou outros elementos físicos ou eletrônicos que possam danifi-
car ou impedir o normal funcionamento da rede, do sistema ou dos equipamentos (*hardware e
software*) ou que possam danificar os documentos eletrônicos e arquivos armazenados nestes
equipamentos.

- Não é permitida a troca de arquivos de vídeo ou música, bem como de
quaisquer informações que estejam incluídas nas categorias acima;
- É proibida a transferência de qualquer tipo de programa, jogo, e simila-
res, para a rede corporativa;
- É proibido downloads de arquivos de extensões tipo: *.exe, .mp3, .wav, .bat, .com, .sys, .scr, .ppt, .mpeg, .avi, .rmvb, .dll*, e de programas de entretenimento ou
jogos, salvo os estritamente relacionados aos serviços inerentes à função do servidor.
- Não é permitido o acesso a programas de TV na internet ou qualquer
conteúdo sob demanda streaming, salvo os estritamente relacionados aos serviços ineren-
tes à função do servidor.
- É proibido o uso de jogos inclusive os da internet (online);
- O uso de e-mail corporativo não garante direito sobre este, nem confere
autoridade para liberar acesso a outras pessoas, pois se constitui de informações pertenc-
entes ao Município de Jales;
- Qualquer problema referente ao uso dos computadores da rede corpora-
tiva do Município, assim como ao uso da sua conta de e-mail corporativo, deverá imedi-
atamente ser relatado à Divisão de Tecnologia da Informação - DTI;
- O usuário assumirá a responsabilidade por dano causado por algum pro-
cedimento de iniciativa própria de tentativa de modificação da configuração, física ou
lógica, do computador e/ou rede sem a autorização expressa da DTI;
- O usuário assumirá a responsabilidade pelo dano que possa causar caso
não venha a cumprir o disposto neste Termo.

Declaro que no caso de qualquer descumprimento, por ação ou omissão, das regras e con-
dições constantes deste termo, estarei sujeito às sanções cabíveis, administrativas, cíveis e
criminais, na forma da lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Estou ciente de que o presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, permane-
cendo em vigor a partir da sua assinatura e enquanto perdurar o meu vínculo com a Ad-
ministração Pública do Município de Jales.

E, por aceitar as regras e condições nele constantes, assino o presente Termo de Respon-
sabilidade e Sigilo.

Jales/SP, ____ de _____ de 202__.

CIENTE E DE ACORDO:

Usuário:

AUTORIZADO:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.657, de 28 de fevereiro de 2023.

Declaro de utilidade pública área de terra, para fins de desapropriação e dá outras
providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP,
no uso de minhas atribuições legais, etc.,

Considerando o Ofício nº 112/2022 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Turismo, informando a existência de muitas solicitações de áreas para a
instalação de novos empreendimentos no Município de Jales;

Considerando o Ofício nº. 588/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura
e Desenvolvimento Urbano, informando que realizou levantamento e identificou a área da
matrícula nº. 29.594 do Serviço de Registro de Imóveis e Anexos da Cidade e Comarca de
Jales-SP, com características favoráveis ao parcelamento do solo, com topografia e
localizações de fáceis acessos, adequadas à implantação de empreendimentos industriais;

Considerando a Política Municipal de fomento ao Desenvolvimento Econômico no
Município de Jales, preconizada na Lei Municipal nº. 3.162, de 08 de novembro de 2006,
gerida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales - CONDEJ.

Considerando que a política de fomento ao desenvolvimento econômico do
município, vêm sendo implementada através da utilização dos instrumentos preconizados no
artigo 3º, incisos I a V, da Lei Municipal nº. 3.162, de 08 de novembro de 2006;

Considerando que é de utilidade pública, a aquisição de área para que seja
disponibilizada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Jales – CONDEJ, visando a
alienação de terrenos, mediante doação com encargos ou concessão de direito real de uso,
localizados fora das áreas dos distritos industriais, conforme preceitua o artigo 3º, inciso II, da
Lei Municipal nº. 3.162, de 08 de novembro de 2006;

DECRETO:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou
judicial, o tracto com 3,0250 has., denominado de “Sítio Piquenique”, localizado na Fazenda
Ponte Pensa, Córrego do Jataí, Jales-SP, cadastrado junto ao INCRA – Código nº.
950.173.544.787-6, circunscrito pelo seguinte roteiro: “iniciam-se as divisas desta área de
terras em um marco cravado na divisa com a área remanescente e pertencente a Delfim Silva
Pires, desse marco segue rumo 72º40’ SE, confrontando com Ofício Florense, até a distância
de 469,02 metros, onde encontra o espiao do Córrego Matão, deflete à direita e segue
acompanhando o referido espiao, com o rumo S 02º29’22” E, até a distância de 71,35
metros, deflete à direita e segue rumo 72º40’NW, confrontando com Delfim Silva Pires, até a
distância de 476,95 metros, deflete à direita e segue rumo 02º29’25” NE, confrontando com a
área remanescente e pertencente a Delfim Silva Pires, até a distância de 68,21 metros, onde
finalmente o marco inicial”;; objeto da Matrícula nº 29.594 do Serviço de Registro de Imóveis
e Anexos da Cidade e Comarca de Jales, Estado de São Paulo, para fins do artigo 3º, inciso II,
da Lei Municipal nº. 3.162, de 08 de novembro de 2006.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração autorizada a constituir uma
Comissão de Avaliação para avaliar a área de terra de que trata o artigo 1º.

Art. 3º Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada:

I - no caso de desapropriação judicial, a invocar o caráter de urgência no processo
judicial, para efeito de obtenção liminar de posse;

II - no caso de desapropriação amigável, a implementar todos os atos que se fizerem
necessários para levá-la a efeito na via administrativa.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto onerarão dotação
própria consignada em orçamento, suplementada se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 28 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

O Decreto nº 9.657, de 28/02/2023, publicado em 01/03/2023 – Edição 1280, no Diário
Oficial do Município de Jales, por motivo de erro de digitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.658, de 1º de março de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.517, de 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP,
no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional
Suplementar, no valor de R\$ 4.002.000,00 (quatro milhões e dois mil reais) destinado a
suplementação de dotações orçamentárias para aquisição de mobiliário, obras, software de
gestão escolar, material do IDEB e material de libras.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria
da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	475	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	Fonte	01 203.700,00
			COMUNICAÇÃO - PESSOA		
12.122.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	479	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 30.000,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.364.0001.2120.1161			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	545	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 3.500,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.361.0011.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	572	44.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 200.000,00
12.361.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	607	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 764.000,00
12.361.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	611	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	Fonte	01 543.200,00
			COMUNICAÇÃO - PESSOA		
12.361.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	615	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 350.000,00
12.365.0011.2110.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE		
Ficha	627	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	Fonte	01 407.400,00
			COMUNICAÇÃO - PESSOA		
12.365.0011.2110.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE		
Ficha	631	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 262.000,00
12.365.0011.2113.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA		
Ficha	646	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	Fonte	01 203.700,00
			COMUNICAÇÃO - PESSOA		
12.365.0011.2113.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE - PRÉ ESCOLA		
Ficha	650	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 130.000,00
12.366.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	700	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 8.500,00
12.367.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	709	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 780.000,00
12.367.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	717	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 16.000,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.365.0011.2112.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS - CRECHE		
Ficha	960	44.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 100.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 4.002.000,00 de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do
artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	02	01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
03.062.0004.2048.0000			SERVIÇOS JUDICIÁRIOS E SENTENÇAS DE PEQUENO		
			VALOR		
Ficha	47	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	Fonte	01 -570.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	182	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -50.800,00
28.843.0004.2042.0000			GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA DE LONGO		
			PRAZO		
Ficha	184	3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	Fonte	01 -80.000,00
28.843.0004.2042.0000			GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA DE LONGO		
			PRAZO		
Ficha	186	4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	Fonte	01 -790.000,00
28.843.0004.2042.0000			GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA DE LONGO		
			PRAZO		
Ficha	187	4.6.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	Fonte	01 -1.221.000,00
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV		
			URBANO-SMUDI		
15.122.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	197	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -76.000,00
15.452.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	242	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -78.900,00
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.365.0011.2117.1110			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE		
Ficha	666	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01 -1.013.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)		
Ficha	793	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	Fonte	01 -65.000,00
10.305.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)		
Ficha	848	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -57.300,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes
Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme
descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.659, de 1º de março de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.518, de 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso
de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no
valor de R\$ 10.096,00 (dez mil e noventa e seis reais) destinado a abertura de dotação orçamentária
para investimentos no teatro municipal e devolução de convênio do Fundo Especial do Bombeiro.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da
despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
13.392.0013.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1062	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 10.000,00
02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS		
			APOIO A MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E		
			FEDERAIS		
Ficha	1065	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92 96,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

- RS 96,00 resultantes de superávit financeiro** apurado no exercício anterior, nos
termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- RS 10.000,00 de excesso de arrecadação**, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II da
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes
Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos
arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
Estado de São Paulo

Decreto nº 9.660, de 1º de março de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.519, de 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de
Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional
Suplementar, no valor de R\$ 925.838,00 (novecentos e vinte e cinco mil e oitocentos e
trinta e oito reais) destinado a suplementação de dotações orçamentárias para aquisição
de materiais e serviços para a Secretaria Municipal de Educação, para a aquisição de
cestas básicas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e
Meio ambiente, realização de serviços de tapa buracos e manutenção de guias de
sarjetas no município.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a
categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOIDU		
15.122.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	195	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 710.000,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2105.0000			GESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR		
Ficha	263	3.3.90.32.00	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte	01 107.048,00
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCACAO		
12.122.0011.1001.0000			EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha	454	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 39.000,00
12.122.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	471	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 1.900,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.364.0011.2120.1161			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	540	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 520,00
02	09	13	EDUCACAO BASICA		
12.361.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	607	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 4.200,00
12.361.0011.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	610	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 30.400,00
12.365.0011.2110.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE		
Ficha	623	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 2.600,00
12.365.0011.2110.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE		
Ficha	626	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 30.100,00
12.366.0011.2099.0000			ADIANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO		
Ficha	688	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 70,00

12.366.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	696	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01
12.366.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	698	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte	01
12.367.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	709	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01
12.367.0011.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha	717	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 1º de março de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.638, de 15 de fevereiro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a Remanejar recursos do Orçamento Vigente de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais que lhe confere o art. 9º, da Lei nº 5.046 de 20 de agosto de 2020, orçamento fiscal e de seguridade social, para o exercício de 2023:

DECRETO:

Art. 1.º Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, conforme anexo 1.

Art. 2.º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 5.473, de 27 de outubro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 15 de fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

Anexo 1

Acréscimos

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
13.392.0013.2122.0000			PROMOÇÃO DA CULTURA		
Ficha	1026	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURIDICA	Fonte 01	1.249.000,00

Reduções

02	02	01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
03.062.0004.2048.0000			SERV. JUDIC. E SENT. DE PEQ. VALOR		
Ficha	47	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	Fonte 01	- 28.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO		
28.843.00004.2042.0000			GER. DA DÍVIDA PÚBLICA DE LONGO PRAZO		
Ficha	187	4.6.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	Fonte 01	- 1.221.000,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO - A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se encontram abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, registrado sob o nº 08/2.023, que objetiva a Aquisição de diversos materiais para curativos a serem utilizados pelas equipes de enfermagem da Atenção Primária a Saúde, conforme Termo de Referência - Anexo I, sendo o seu encerramento às 08 horas do dia 22 de março de 2.023, com a abertura das propostas às 08 h e 15 minutos do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3033 ou 3056, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br e na plataforma BLL www.bllcompras.org.br, podendo ser retirados gratuitamente. Jales - SP, aos 06 de março de 2.023. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. PREFEITO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO - A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, registrada sob nº 31/2.023, que objetiva a contratação de empresa especializada, para execução de serviços de Instalação e Revitalização da Iluminação Pública da Quadra Poliesportiva do Jardim São Lucas no Município, com fornecimento de materiais/ equipamentos e mão de obra, conforme Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Projeto, por tempo determinado, sendo o seu encerramento às 09:00 horas do dia 22 de março de 2.023, com a abertura dos envelopes às 09hrs:30 minutos do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3033 ou 3056, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Jales - SP, aos 06 de março de 2.023. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. PREFEITO

■ CAPACITAÇÃO

Cursos gratuitos de qualificação estão com inscrições abertas no noroeste paulista; saiba como se candidatar

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico está com inscrições abertas para cursos gratuitos de qualificação profissional em cidades da região noroeste paulista. Ao todo, são oferecidas 665 vagas para moradores de São José do Rio Preto, Araçatuba, Birigui, Catanduva, Fernandópolis, Jales, Novo Horizonte, Santa Fé do Sul e Votuporanga (SP).

Existem várias opções de cursos para as áreas de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design, Tecnologia da Informação e Comunicação. Todos contam com duração de 120 horas e poderão ser realizados ao longo de quatro meses em formato presencial. As aulas são ministradas em unidades de ensino parceiras. A previsão de início é dia 3 de abril. Podem se inscrever jovens, de 14 a 24 anos, que tenham o Ensino Fundamental completo. Os estudantes matriculados no ensino médio da rede estadual ainda terão direito a



auxílio de até R\$ 600.

Para realizar a inscrição, os interessados devem acessar o site até dia 13 de março, fazer um cadastro e selecionar o município. Não haverá processo seletivo, o candidato garante a vaga apenas com a inscrição. Confira os cursos abaixo: Auxiliar de Vendas;

Criação de Sites e Plataformas Digitais; Desenvolvimento de E-commerce; Gestão de Pequenos Negócios; Introdução à Robótica Utilizando Arduino; Marketing Digital e Vendas em Redes Sociais; Programação Básica para

Android; Técnicas de Atendimento; Tecnologia e Eletricidade Automotiva; Comunicação e Projeto de Vida para o Mercado de Trabalho; Desenho no AutoCAD; Excel Aplicado à Área Administrativa; Jogos Digitais.

■ GESTO DE AMOR

Hemocentro de Rio Preto precisa de doações de todos os tipos sanguíneos; saiba como ajudar



O Hemocentro de São José do Rio Preto (SP) precisa de doações de todos os tipos sanguíneos. De acordo com a instituição, o fluxo de doadores diminuiu 50% nos últimos sete dias, ao passo que o consumo de bolsas aumentou. Para manter o estoque ideal, são necessárias, em média, 100 coletas diárias, mas somente 50 doações foram realizadas na última semana. Atualmente, a tipagem O Positivo está em situação crítica. Segundo Regiane Cistina Gouveia, da captação do He-

mocentro, a situação atual é preocupante, pois há risco de desabastecimento. “Por isso pedimos que o doador venha até o Hemocentro e faça sua doação”, explica. Em uma pessoa adulta, são coletados em média 450 ml, quantidade considerada pequena, mas o suficiente para salvar vidas. “Uma bolsa de sangue dá origem a quatro hemocomponentes. Cada paciente, dependendo da necessidade, precisa de um tipo de hemocomponentes, ou seja, uma única bolsa pode salvar até quatro

vidas”, afirma Regiane. Quem pode doar sangue? Homens e mulheres de 18 a 69 anos (se for primeira doação até 60 anos); Doadores de 16 e 17 anos são aceitos somente se acompanhados do responsável legal; O doador deve estar em boas condições de saúde, sem feridas ou machucados no corpo; Ter mais de 50 kg; Estar bem alimentado; Fazer refeições leves e não gordurosas nas últimas 4 horas que antecedem a doação; Que não tenham ingerido be-

bida alcoólica nas últimas 12 horas que antecedem a doação; Que não tenha fumado nas 2 horas que antecedem a doação; Que tenha feito exame de endoscopia e colonoscopia há mais de 6 meses. O agendamento para a doação pode ser feito pelos telefones (17) 3201- 5055 e (17) 3201-5151. O Hemocentro fica aberto das 7h às 13h, inclusive aos domingos e feriados. A unidade fica na avenida Jamil Feres Kfourir, número 80, no bairro Jardim Panorama.